

CBR - CONVENÇÃO BATISTA

RENOVADA / DECLARAÇÃO

DOCTRINÁRIA

I - AS SAGRADAS ESCRITURAS

1. A Sagrada Escritura é a única regra suficiente, certa e infalível de conhecimento para a Salvação, fé, conduta e prática (2ªTm 3:15 -17; Is 8:20; Lc 16:29,31; Ef 2:20). Deus tem manifestado sua bondade, sabedoria e poder, à luz da natureza, das obras da criação e de sua providência, de tal modo que os homens ficam indesculpáveis; contudo essas revelações não são o suficiente para dar o conhecimento de Deus e de sua vontade que é necessário para a salvação (Rm1:19 -21; Rm 2:14,15; Sl19:1-3). Em diversos tempos e por diferentes modos, o Senhor revelou-se a Si mesmo e declarou Sua vontade à Sua Igreja (Hb1:1,2). E para a melhor preservação e propagação da verdade, tendo como alvo o estabelecimento e o conforto da Igreja, contra todo o tipo de corrupção da carne e a malícia de Satanás e do mundo, Deus serviu-se de Homens por Ele separados, para escrever por completo toda revelação da Sua vontade necessária à salvação dos homens, o que tornou a Sagrada Escritura indispensável para o conhecimento da vontade de Deus, tendo cessado aqueles antigos modos em que Deus revelava sua vontade a Seu povo (Pv 22:19-21; Rm 15:4; 2ªPd 1:19,20,21).

2. Sob o nome de Sagradas Escrituras ou Palavra de Deus escrita, incluem - se agora todos Sessenta e seis livros do Antigo e Novo Testamento, os quais são da mesma forma inspirados por Deus. Nós Batistas Renovados cremos na inspiração da Bíblia toda, mas reconhecemos que a orientação da Igreja está no Novo Testamento (2ªTm 3:16). Os livros que compõem a Sagrada Escritura são os seguintes:

ANTIGO TESTAMENTO: Gênesis, Êxodo, Levítico, Números, Deuteronômio, Josué, Juízes, Rute, I Samuel, II Samuel, I Reis, II Reis, I Crônicas, II Crônicas, Esdras, Neemias, Ester, Jó, Salmos, Provérbios, Eclesiastes, Cantares de Salomão, Isaías, Jeremias, Lamentações de Jeremias, Ezequiel, Daniel, Oséias, Joel, Amós, Obadias, Jonas, Miquéias, Naum, Habacuque, Sofonias, Ageu, Zacarias, Malaquias.

O NOVO TESTAMENTO: Mateus, Marcos, Lucas, João, Atos dos Apóstolos, Romanos, I Coríntios, II Coríntios, Gálatas, Efésios, Filipenses, Colossenses, I Tessalonicenses, II Tessalonicenses, I Timóteo, II Timóteo, Tito, Filemom, Hebreus, Tiago, I Pedro, II Pedro, I João, II João, III João, Judas, Apocalipse.

3. Os livros conhecidos e comumente chamados Apócrifos, não sendo de inspiração divina, não fazem parte do Cânon ou Compêndio das Escrituras. Portanto, nenhuma autoridade tem para a Igreja de Deus, e nem podem ser aprovados ou utilizados, senão como quaisquer outros escritos humanos (Lc 24:27,44; Rm 3:2; Gl 1:6-9; Ap 22:18,19.)

4. O autor das Sagradas Escrituras é Deus, razão pela qual deve ser crida e obedecida. Ela é a Palavra de Deus, por isso deve ser recebida, independente do testemunho de qualquer homem ou igreja, pois provém inteiramente de Deus (2ªPd 1:19-21; 2ªTM 3:16; 2ªTs 2:13; Jo 14:15; 1ªJo 5:9).

Declaração Doutrinária - IBR

5. Nossa certeza quanto a verdade infalível e divina autoridade das Sagradas Escrituras, provém da operação interna do Espírito Santo, que pela Palavra e com a Palavra testifica aos nossos corações. Existem outras evidências abundantes que revelam ser as Escrituras Sagradas, a Palavra de Deus, como: O testemunho interno das Escrituras Sagradas; A Santidade do assunto; A majestade do estilo; A harmonia de todas as partes; A eficácia da Doutrina, e muitas outras excelências que expressam uma perfeição completa e incomparável; além da perfeita revelação que faz do único meio de salvação para o homem: Jesus. Contudo, a nossa plena persuasão e certeza quanto à sua verdade infalível e divina autoridade provém da operação interna do Espírito Santo (Jo 16:13,14; 1ªCo 2:10-13; 1ªJo 2:20,27).

6. Todo o Conselho de Deus, concernente a todas as coisas necessárias para a salvação do homem, a fé e a vida, está contido expressamente na Sagrada Escritura, visando a glória de Deus. A Ela nada, em tempo algum, se acrescentará, nem tão pouco, nela, nada pode ser mudado ou retirado, quer por “nova revelação” do Espírito, quer por Tradições humanas (2ªTm 3:15-17; Gl 1:8,9; Ap 22:18,19). Entretanto, é necessário, para a compreensão salvadora daquilo que é revelado na Palavra de Deus, a Iluminação interior do Espírito de Deus (Jo 6:45; 1ªCo 2:9-12). É também verdade que há algumas circunstâncias, concernentes ao Governo da igreja e a adoração a Deus, que são peculiares às Sociedades e Costumes humanos, e que devem levar em conta o contexto social, através da prudência Cristã, segundo as normas gerais da Palavra de Deus, que deve ser sempre observada (1ªCo 11:13,14; 14:26,40).

7. Da mesma forma reconhecemos que há partes na Palavra de Deus que não são igualmente claras, nem igualmente evidentes para todos (2ªPd 3:16). Mas ainda assim, as coisas que precisam ser por todos conhecidos, criadas e obedecidas para a salvação de todo aquele que crê, estão de maneira única e claramente propostas e explicadas em uma passagem ou outra; e pelo uso de meios comuns, não apenas os eruditos, mas também os indoutos podem obter a compreensão necessária de tais coisas (Sl 19:7; 119:130).

8. Em caso de alguma controvérsia de natureza religiosa, a Igreja deve se direcionar e apelar ao Antigo Testamento em Hebraico (que era a língua vernácula do povo de Deus na Antiguidade, Rm 3:2), e ao Novo Testamento em Grego (língua em que foi escrito o Novo Testamento). Tendo sido ambos (Antigo e Novo Testamento) igualmente e diretamente inspirados por Deus e, pelo Seu singular cuidado e providência, conservados puros no decorrer dos Séculos, são, portanto, autênticos, de maneira que deverão ser usados pela Igreja como Palavra final (Is 8:20). Uma vez que as línguas originais do Antigo e Novo Testamento não são conhecidas por todo o povo de Deus, os quais têm direito e interesse nas Escrituras, sendo orientados a lê-los (At 15:15) examiná-los (Jo 5:39) no temor de Deus, os Testamentos devem ser traduzidos para a língua de cada povo e nação (1ªCo 14:6,9,11,12,24,28), a fim de que todos tenham acesso a Palavra de Deus, permaneçam nela, adorem a Deus de maneira aceitável, e pela paciência e consolação das Escrituras possam ter esperança, já que sua mensagem é para todos os povos, línguas e nações (Cl.3.16).

Declaração Doutrinária - IBR

9. A Palavra poderá ser aplicada aos nossos dias, sem que, de forma alguma, venha a ser adulterado o seu corpo Doutrinário (Gl 1:8,9). A regra infalível de interpretação das Escrituras é a própria Escritura. Não sendo Ela de particular interpretação, sempre que houver dúvida quanto ao verdadeiro e pleno sentido de qualquer passagem, essa passagem deve ser examinada em confrontação com outras passagens, que falem mais claramente, levando-se em conta o seu contexto. Nenhuma passagem é de sentido múltiplo, mas tem um único sentido, pois a Escritura é a Palavra de Deus, e Deus não é Deus de confusão (2ªPd 1:20,21; At 15:14-16).

10. Toda e qualquer decisão final deve ser tomada à luz da Palavra de Deus. Ela é o Juiz Supremo de toda e qualquer controvérsia religiosa, Decreto e Concílios. Nossa fé recorrerá à Escritura para a decisão final (Mt 22:29,31; Ef 2:20; At 11:1-8; 28:23)

II - DEUS E A SANTÍSSIMA TRINDADE

1. O Senhor nosso Deus é somente um, o Deus vivo e verdadeiro (1ªCo 8:4,6; DDT 6:4), cuja subsistência está em si mesmo e provém de si mesmo (Jr 10:10; Is 48:12); Infinito em Seu Ser e perfeição, cuja essência por ninguém pode ser compreendida, senão por Ele mesmo (ÊX 3:14); Ele é espírito puríssimo (Jo 4:24), invisível, sem corpo, membros ou paixões; O único que possui imortalidade, habitando em luz inacessível, a qual nenhum homem é capaz de ver (1ªTm 6:15,16; Dt 4:15,16; 1 Tm 1:17); Imutável (Ml 3:16; Tg 1:17; Rm 11:29), imenso (1ªRs 8:27; Jr 23:23,24), eterno (Sl 90:2), incompreensível, Todo-Poderoso (Gn 17:1; Dt 29:29); Em tudo infinito; Santíssimo (Is 6:3), Sapiientíssimo; Completamente livre e absoluto, operando todas as coisas segundo o conselho da Sua própria vontade (Sl 115:3; Is 46:10), que é justíssima e imutável, e para a Sua própria glória (Pv 16:4; Rm 11:36); Onipotente Mt 19:26; Sl 33:6-11); Onipresente (Sl 139:7-12); Onisciente (Sl 147:5); Transcendente (Jó 38. ; 39. ; 40. ; 41); Soberano (Is 44:6; 1 Tm 6:15,16); Amantíssimo, gracioso, misericordioso, longânime; Abundante em verdade e benignidade; Perdoador da iniquidade, transgressão e pecado; e recompensador daqueles que o buscam diligentemente (Êx 34:6,7; Hb 11: 6; Sl 86:15; Rm 2:4), contudo justíssimo e terrível em Seus julgamentos (Ne 9:32,33; Rm 2:2-10), odiando todo o pecado (Sl 5:4-6), e que de modo nenhum inocentará o culpado (Êx 34:7; Na 1:2,3).

2. Deus tem em si mesmo toda a vida (Jo 5:26), glória (Sl 148: 13), bondade (Sl 119: 68; Mt 19:17) e bem-aventurança. Somente Ele é Autossuficiente, em si e para si mesmo; e não precisa de nenhuma de suas criaturas que fez, nem delas deriva glória alguma (Jó 22: 2,3); mas somente manifesta Nelas, por Elas e para Elas e sobre Elas a Sua própria glória. Ele, somente, é a fonte de toda a existência: de quem e para quem são todas as coisas (Rm 11: 34 – 36), tendo toda a soberania e domínio sobre todas as criaturas, única e exclusivamente por Ele criadas (Gn 1; Jo 1:1-3), para fazer por meio delas, para elas e sobre elas tudo quanto lhe agrade (Dn 4:25,34,35). Todas as coisas estão abertas e manifestas perante ele (Hb 4:13; Rm 9:17-24), para Ele nada é oculto; o Seu conhecimento é infinito, infalível e independente da criatura, de maneira que,

Declaração Doutrinária - IBR

para Ele, nada é contingente ou incerto (Ez 11:5; At 15:18; Is 46:10). Ele é Santíssimo em todos Seus mandamentos (Sl 145:17). A Ele são devidos, da parte de Anjos e de Homens, toda adoração (Ap 5:12-14). Tudo que tem fôlego deve louvá-lo, porque para Ele e por Ele foram criadas todas as coisas, para o louvor da Sua glória (Sl 150:6). A Ele é devido todo o serviço, e toda a obediência que como criaturas todos devem ao Criador; e tudo mais que Ele se agrade em requerer de suas criaturas. Ele, e somente Ele, é o Criador, Sustentador, Juiz e Senhor da História e do Universo, que governa pelo Seu Poder, dispondo de todas as coisas de acordo com o Seu eterno propósito e graça (Mt 6:13).

3. Ele é um Ser Divino, Triuno e Infinito. Neste Ser Divino há três pessoas: O Pai, A Palavra (O Filho) e o Espírito Santo (1ªJO 5:7; Mt 28:19; 2ªCo 13:13), de uma mesma substância, igual Poder e eternidade, possuindo, cada uma inteira essência Divina, que é indivisível (Êx 3:14; Jo 14:8-11; 1ªCo 8:6). O Pai de ninguém é gerado ou procedente; o filho é eternamente gerado do pai (Jo 1:14,18); O Espírito Santo procede do Pai e do Filho eternamente (Jo 15:26; Gl 4:6). Portanto, um só Deus; que não deve ser dividido em Seu Ser ou natureza, mas sim distinguido pelas diversas propriedades peculiares e relativas, e por suas relações Pessoais. Esta Doutrina da Trindade (trindade), é o fundamento de toda a nossa comunhão com Deus e confortável dependência dEle (1ªJo 5:7; Gn 1:26,27).

4. *O PAI*: Deus como Criador (Gn 1:1; En 3:9), manifesta disposição paternal para todos os homens (Lc 16:19 -31; Hb 12:9). Historicamente, Ele se revelou primeiro como Pai de Israel, a quem escolheu segundo sua soberania e propósito de Sua graça (Êx 4:22,23; Dt 32:6-18; Jr 31:9). Ele é o Pai de Nosso Senhor Jesus Cristo, a quem segundo o Seu amor, enviou a este mundo para salvar os pecadores e fazer deles filhos por adoção (Mt 7:21; Jo 3:16; Jo 1:12; Gl 4:4,5; Mt 3:17; 17:5). Aqueles que recebem a Jesus Cristo e Nele crêem são feitos filhos de Deus, nascidos pelo Seu Espírito, e assim, passam a tê-lo como Pai Celestial, dEle recebendo disciplina (Jo 1:12,13; Mt 23:9; Rm 8:14-17; Hb 12:6-11).

5. *A PALAVRA (OU O FILHO)*: Jesus Cristo, “um” em essência com o Pai, é o eterno Filho de Deus (Sl 2:7; Jo 10:30; 14:9; 3:17; 1:14; Mt 1:18-23; 14:33; Mc 1:1; Lc 4:41; Cl 1:15,16). Nele, por Ele e para Ele, foram criadas todas as coisas (Cl 1:16,17; Jo 1:3; 1ªCo 8:6; Hb1:8-12). Na plenitude dos tempos Ele se fez carne, na Pessoa real e histórica de Jesus Cristo, gerado pelo Espírito Santo e nascido de uma virgem, de nome Maria, sendo em Sua Pessoa, verdadeiro Deus e verdadeiro homem (Gl 4:4,5; Is 7:14; Rm 9:5; 1ªTm 2:5; Jo 1:14; Mt 1:18-25). Jesus é a imagem expressa do seu Pai, a revelação suprema de Deus ao homem (2ªCo 4:4,5; Jo 14:7-9; Hb 1:3; Cl 1:15,19; 2:9). Ele em nada desonrou a Lei Divina, mas a cumpriu plenamente; revelou e obedeceu toda a vontade de Deus (Is 53; Rm 8:3; Hb 2:14,16,17; 5:7-10; Fl 2:5-8). Identificou-se perfeitamente com os homens, sofrendo o castigo e expiando a culpa de nossos pecados, conquanto Ele mesmo não tivesse pecado (Hb 4:15; 2ªCo5:18,21; Rm 8:1-3; 1ªPd 2:21-25). Morreu na cruz para salvar a humanidade (Hb 2:9; 1ªCo 15:3; Mt 27:32-50; Cl 2:13-15), foi sepultado (Mt 27:57-66; Jo 19:38-42; 1ªCo 15:4), e ao terceiro dia ressurgiu dentre os mortos (Mt 28:1-10; Jo 20:1-18; 1ªCo 15:4; At 2:22-24), e depois

Declaração Doutrinária - IBR

de aparecer muitas vezes para muitas testemunhas (Lc 24:13-49; Jo 20:19-29; 1ªCo 15:4-8), ascendeu aos céus, onde à destra do Pai, exerce o Seu eterno Sumo Sacerdócio (At 1:8-11; Mc 16:19; Rm 8:34; Hb 7; 8:1-7). A Sagrada Escritura o descreve, como único mediador entre Deus e os homens, e o único Salvador e Senhor (Jo 14:6; At 4:12; 1ªTm 2:4,5; At 7:55,56; Hb 4:14-16; 10:19-23). Seu sacrifício foi único, perfeito e suficiente para salvar a todo aquele que crê; carregando sobre Si mesmo, todas as nossas maldições. E pelo Seu Espírito Ele está presente e habita no coração de cada crente e na Igreja (Mt 28:20; Jo 14:16,17; 15:26; 16:7; 1ªCo 6:19; Gl 3:9-14) é o Senhor; o Fundador e o Cabeça da Igreja (At 4:11,12; Cl 1:18; Mt 16:16). Ele voltará visivelmente a este mundo em grande Poder e Glória, para julgar os vivos e os mortos e consumir sua obra redentora (At 1:11; 1ªCo 15:24-28; 1ªTs 4:14-18; Tt 2:13). A Ele deve ser dada toda honra louvor e glória, pois Ele é Deus e diante dele todo joelho há de se dobrar e toda língua confessará que Ele é o Senhor (Ap 4:1; 5:13; Fl 2:5-11; Mt 16:16,17; Ap 1:17; At 10:36; Jo 13:13; 1ªCo 1:2; Jo 1:3; Mc 2:5-11; Fl 3:21; 2ªTm 4:1; Is 9:6; Tt 2:13; Hb 1:6-9).

6. O preço da Redenção foi pago por Cristo, o unigênito Filho de Deus (Jo 3:16; EF 1:7), após a sua encarnação. No entanto, a virtude, a eficácia e os benefícios foram sucessivamente comunicados a todos os homens, em todas as eras, desde o começo do mundo, nas - e através das - promessas, tipos e sacrifícios em que Cristo foi revelado, e que o apontavam como o descendente da mulher, aquele que iria esmagar a cabeça da serpente (2ª Co 4:10; Hb 4:2; 1ªPd 1:10,11; Gn 3:15; Hb 10:10-14), e como o cordeiro que foi morto desde a fundação do mundo (Ap 13:8), para a salvação de toda aquela que crê (Lc 2:11; At 4:12; Jo 3:15), o mesmo ontem, hoje e para sempre (Hb 13:8; Ap 1:8). O ofício de mediador entre Deus e os homens cabe exclusivamente a Cristo, e não pode ser em parte, ou totalmente, transferido de Cristo para qualquer outrem (1ªTM 2:5,6; JO 3:13). Na obra de mediação, o filho age de acordo com duas naturezas, (Deus/ Homem), completas, perfeitas, distintas e inseparavelmente unidas, em uma única Pessoa, sem conversão, composição ou confusão; cada uma delas atuando como lhe é próprio. E essa Pessoa é verdadeiramente Deus e verdadeiramente homem; no entanto, um só Cristo, o único mediador entre Deus e os homens (Rm 9:5; 1ªTM 2:5). Mesmo assim, em razão da unidade de Pessoa, aquilo que é próprio de sua natureza divina, às vezes é atribuído à Pessoa de Cristo, (homem) pelo nome de Sua outra natureza (Deus), (JO 3:13; AT10:28).

7. *O ESPÍRITO SANTO*: Um em essência com o Pai e com o Filho, é Pessoa Divina (Jo 15:26; Hb 9:14; 1ªJo 5:6,7; Mt 28:19; At 5:3,4; Gn 1:2; Jó 23:13; Sl 51:11; Is 61:1-3; Lc 4:18,19; Jo 4:24; 14:16,17). É o Espírito da verdade (Jo 16:13; Jo 14:17; 15:26). Atuou na criação do mundo (Gn 1:2; 1:26), e inspirou homens, por Ele escolhidos, a escreverem as Sagradas Escrituras (2ªTm 3:16; 2ªPd 1:21). Ele ilumina os homens e os capacita a compreenderem a verdade Divina (Lc12: 12; Jo 14:16,17,26; 1ªCo 2:10-14; Hb 9:8). No dia de Pentecostes, em cumprimento final da profecia e das promessas quanto à descida do Espírito Santo, Ele se manifestou de maneira singular, quando os primeiros discípulos foram batizados no Espírito passando a fazer parte do corpo de Cristo que é a Igreja. Suas outras manifestações, constantes no livro de Atos dos

Declaração Doutrinária - IBR

Apóstolos confirmam a evidência de universalidade do Dom do Espírito Santo, a todos os que crêem em Cristo (Jl 2:28-32; At 1:5; 2:1-4; 10:44-47; At 19:5-7; 2:41; 8:14-17; 1ªCo 12:12-15). O Batismo no Espírito Santo, sempre ocorre quando os pecadores se convertem a Jesus Cristo, que os integra, regenerados pelo Espírito, à Igreja. Ele dá testemunho de Jesus Cristo e o glorifica (At 2:38,39; 1ªCo 12:12-14; Rm 8:9). Ele trabalha no íntimo do homem morto espiritualmente, convencendo-o do pecado, da justiça e do juízo (Jo 16:8-11). Para isso utiliza um Poder que não é, de forma alguma menor que o Poder que levantou Cristo dentre os mortos, operando por completo a regeneração do pecador perdido (Jo 3:5; Rm 8:9-11). Ele sela o crente para o dia da redenção final (Ef 4:30), habita nele (Rm 8:9-11; 1ªCo 3:16), guia-o em toda verdade (Jo 16:13), capacita-o para obedecer à vontade de Deus (Ef 5:16-21). Distribui dons aos crentes, para edificação do corpo de Cristo e para o Ministério da Igreja no mundo (1ªCo 12:7, 11; Ef 4:11-13; 1ªCo 12:1-10). Sua plenitude e Seu fruto na vida do crente constituem condições para a vida Cristã vitoriosa e testemunhante (Ef 5:18-21; Gl 5:22,23; At 1:8). Os dons do Espírito são para hoje, ou seja, cremos na contemporaneidade dos dons do Espírito, conforme é ensinado na Palavra de Deus, e também que os dons devem ser buscados e desenvolvidos (1ªCo 14:1; 12:31; Mc 16:17; At 2:16-21; 1ªCo 12:31; 14:39,40). Todo Cristão nascido de novo é pleno do Espírito Santo (1ªCo 12:13; Rm 8:9), no entanto somos chamados a buscar o enchimento de poder, o qual pode vir a nossas vidas como experiência de crise, ou como um processo gradativo na vida do Cristão (At 13:8-11; At 6:3; 13:52). O ser cheio do Espírito, é o transbordar da plenitude da Pessoa Divina que habita dentro do verdadeiro Cristão, ou seja, A Pessoa do Espírito Santo de Deus. O qual se revela através do fruto do Espírito e através dos dons Espirituais na vida do crente, sem necessidade de evidências exteriores como falar em línguas, mas com necessidade de produzir o fruto daquele que está nele (Gl 5:16-25; Ef 5:18; 1ªCo 12:3-11; At 9:17-20).

III - O DECRETO DE DEUS

1. Desde toda a eternidade, Deus mesmo decretou todas as coisas que iriam acontecer no tempo; sem, contudo, ficar sujeito ao tempo, sendo inteiramente livre. E isto Ele fez segundo o conselho da Sua própria vontade, muito sábia e muito Santa (Is 46:10; Ef 1:11; Hb 6:17; Rm 9:15,18). Fê-lo, porém, de um modo que Deus em nenhum sentido é o autor do pecado (Tg 1:13; 1ªJo 1:5), nem se torna corresponsável pelo pecado, nem faz violência à vontade de Suas criaturas, nem impede a livre ação das causas secundárias ou contingentes. Pelo contrário, estas causas secundárias são confirmadas (At 4:27,28; Jo 19:11). E em tudo isso aparece à sabedoria de Deus em dispor de todas as coisas, e o Seu Poder e fidelidade em fazer cumprir o Seu decreto (Nm 23:19; Ef 1:3-5).

2. Deus em Sua Soberania Decretou liberdade ao homem para exercer escolha moral (Dt 30:15-20; Gn 2:16,17; 3:6), e desde o princípio ele tem cumprido esse decreto escolhendo entre o Bem e o Mal (Gn 2:15-25; 3:1-24). Quando escolhe o mal, não anula a vontade soberana de Deus, mas a cumpre, pois Deus não

Declaração Doutrinária - IBR

determinou qual seria a escolha do homem, e sim que ele teria liberdade de escolha (Tg 1:13-18; Gn 2:16,17; Dt 30:15-20). Na sua vontade, quis dar ao homem liberdade limitada; não há quem possa impedi-lo ou dizer: “O que fazes?” (Gn 3:22-24; Rm 9:20). A vontade do homem é livre porque Deus é soberano. Um Deus menos soberano não poderia outorgar às Suas criaturas a liberdade moral. Teria medo de fazê-lo. Deus governa tudo, nada escapa da Sua presença, Ele nunca é pego de surpresa seja qual for à escolha de Suas criaturas (Is 44:6; At 15:17,18).

3. Deus, no uso de Sua soberania em dispor de todas as coisas para o cumprimento da Sua vontade, predestinou algumas de Suas criaturas para realizarem obras específicas. Tendo por finalidade o pleno cumprimento de Sua vontade, para louvor de Sua glória (Rm 9:1-28).

4. A *ELEIÇÃO*: Deus elegeu em Cristo, desde a eternidade, pessoas para a vida eterna, não por qualquer mérito humano, mas segundo a riqueza da Sua graça (Ef 1:5,6). Antes da criação do mundo, Deus, no exercício da Sua soberania Divina e à luz de Sua presciência de todas as coisas, elegeu, chamou, predestinou, justificou e glorificou aqueles que no correr dos tempos, receberiam livremente o dom da salvação (Ef 1:4,9,11; Rm 8:30; 1ªTm 1:9,10; 1ªTs 5:9). Ainda que baseada na graça e na sabedoria de Deus, essa escolha está em perfeita consonância com a livre escolha de cada um e de todos os homens (Rm 10:9, 10; 1ªTm 2:3, 4). Para isso Deus utilizou o Poder do Espírito Santo, que de forma nenhuma é menor do que o poder utilizado para ressuscitar a Cristo (Rm 8:9-11; Jo 3:5).

IV - A CRIAÇÃO

1. No princípio, aprovou ao Deus Triuno (Pai, Filho e Espírito Santo), (1ªJo 1:2, 3; Gn 1:1-3), para a manifestação da glória de Seu Poder (Rm 1:20), sabedoria e bondade eternas, criar ou fazer o mundo e todas as coisas que nele existem, tanto visíveis como invisíveis, no espaço de seis dias; e tudo muito bom. Tudo Ele fez segundo a Sua soberana vontade (Cl 1:16; Gn 1:31).

2. Depois de ter feito todas as demais criaturas, Deus criou o Ser humano, homem e mulher (Gn 1:27), dotados de uma alma racional imortal (Gn 2:7) e os adequou perfeitamente para uma vida de louvor a Deus, para a qual foram criados, tendo sido feitos segundo a imagem e semelhança de Deus, em conhecimento, retidão e verdadeira Santidade (Ec 7:29; Gn 1:26), possuindo a Lei de Deus inscrita em seus corações (Rm 2:14,15) e a capacidade para cumpri-la. No entanto, havia a possibilidade de transgressão, pois foram deixados na liberdade de Sua própria vontade, a qual estava sujeita a mudanças (Gn 3:6).

3. Além de terem total comunhão com Deus e Sua Lei inscrita em seus corações, eles também receberam a ordem de não comerem da árvore da ciência do bem e do mal (Gn 2:17). Enquanto obedeceram a esse preceito, foram felizes em sua comunhão com Deus e tiveram domínio sobre todas as criaturas (Gn 1:26,28; Gn 2:25).

Declaração Doutrinária - IBR

V - A PROVIDÊNCIA DIVINA (Decretos)

1. Deus como bom Criador e Sustentador de todas as coisas, através de Seu Poder e sabedoria infinitos, mantém, dirige, dispõe de, e governa todas as Suas criaturas e coisas (Hb 1:3; Jó 38:11; Is 46:10,11; Sl 135:6), desde as maiores até às mínimas (Mt 10:29-31), pela Sua muito sábia e santa providência, para que cumpram a finalidade para a qual foram criadas. Isso é feito de acordo com a infalível presciência de Deus e o conselho livre e imutável da Sua própria vontade, para o louvor único da glória de Sua sabedoria, poder, justiça, bondade infinita e misericórdia (EF 1:11,4,7).

2. Em relação à presciência e ao Decreto de Deus (que é a causa primária de tudo), todas as coisas acontecem imutável e infalivelmente (At 2:23) de maneira que nada sucede por acaso ou fora da providência de Deus. Desta forma nada há de surpresa que possa acontecer diante de Deus (Pv 16:33). Ele dirige os acontecimentos por meio de causas secundárias, que operam livremente, ou como leis fixas, ou por interdependência, por esta mesma providência (Gn 8:22).

3. Normalmente Deus faz uso de meios em Sua Providência (At 27:31,44; Is 55:10,11), mas é livre para operar sem (Os 1:7), acima de (Rm 4:19-21), e contra (Dn 3:27) os meios ordinários, segundo bem entenda, pois é Soberano (Jó 41:11).

4. A Onipotência, a sabedoria inescrutável e a infinita bondade de Deus se manifestam na Sua providência, de um modo tão abrangente, que o Seu conselho determinado se estende até mesmo à queda no pecado e a todos os outros atos pecaminosos, sejam de homens ou de anjos (Rm 11:32-34; 2ªSm 24:1; 1ªCr 21:1). Isto envolve mais do que uma mera permissão, porque Deus, muito sábia e poderosamente, limita, regula e governa (2ªRs 19:28; Sl 76:10; Jó 1:12) os atos pecaminosos, em uma dispensação multiforme, atendendo aos Seus santos desígnios (Gn 50:20; Is 10:6,7,12). Mesmo assim, a pecaminosidade desses atos procede das criaturas, as quais possuem livre agência, e não de Deus, que, sendo muito Santo e muito Justo, não é, e nem pode ser, o autor do pecado; e nem pode aprová-lo (Sl 50:21; 1ªJo 2:16; 3:5-8).

5. Deus, em Sua sabedoria, justiça e graça, muitas vezes, deixa os Seus próprios filhos entregues a várias tentações e às inclinações de seus próprios corações, por algum tempo: para mostrar-lhes o poder oculto da corrupção e da futilidade das tendências de seus corações, afim de que se humilhem; para levá-los a uma dependência mais constante e mais próxima de Deus; para torná-los mais vigilantes contra todas as futuras ocasiões de pecado; e para outros propósitos justos e santos (2ªCr 32:25,26,31; 2ªCo 12:7-9). Por isso, tudo o que sobrevém aos salvos por Cristo, chamados Eleitos, acontecem por designação Divina, para a glória de Deus e o bem de seus filhos (Rm 8:28).

6. Quanto aos pecadores e ímpios, Deus, como Reto Juiz, muitas vezes os entrega às suas próprias paixões, às tentações do mundo e ao poder de Satanás (Sl 81:11,12; 2ªTs 2:10-12) de maneira que eles vêm a se endurecer, mesmo sobre aquelas circunstâncias que Deus emprega para o quebrantamento de outras pessoas (Êx 8:15,32; Is 6:9,10; 1ªPd 2:7,8). No entanto, Deus trabalha incessantemente (Jo 5:17) pois deseja que

Declaração Doutrinária - IBR

todos os homens sejam salvos e cheguem ao pleno conhecimento de Sua vontade (1ªTm 2:4; Sl 81:8-16; 30:5), pois não tem prazer na morte do ímpio (Ez 18:23; 33:11).

7. A Providência de Deus se estende a todas as criaturas, em geral; mas, acima de tudo, cuida de Sua Igreja, e tudo dispõe para o bem dela, segundo a Sua soberana vontade (1ªTm 4:10; Am 9:8,9; Is 43:3-5).

VI - A QUEDA DO HOMEM, O PECADO E SUA PUNIÇÃO.

1. Em Sua infinita sabedoria Deus criou o homem justo e perfeito, e lhe deu uma Lei justa, que seria para a vida, se a guardasse, ou para a morte, se a desobedecesse (Gn 2:16,17). Mesmo assim, o homem não manteve por muito tempo a sua honra. Satanás valeu-se da astúcia da serpente para seduzir Eva; e esta a seduzir Adão, que, sem ser obrigado transgrediu voluntariamente a Lei instituída na criação, e a ordem de não comer do fruto proibido (Gn 3:12,13; 2ªCo 11:3). De acordo com Seu conselho sábio e santo, aprovou a Deus permitir a transgressão, porque, no âmbito do Seu propósito, mesmo isso Ele usaria para a Sua própria glória e louvor (Ap 13:8).

2. Por esse pecado, nossos primeiros pais decaíram de sua condição original de retidão e comunhão com Deus. No pecado deles toda a humanidade pecou, e por isso a morte veio sobre todos (Rm 3:23). Por hereditariedade, todos se tornaram mortos no pecado (Rm 5:12) e totalmente corrompidos, em todas as faculdades e partes do corpo e da alma, separando-se de Deus, (que é a morte espiritual), (Tt 1:15; Gn 6:5; Jr 17:9; Rm 3:10-19).

3. Sendo eles, Adão e Eva, os ancestrais e, pelo designo de Deus, os representantes de toda a humanidade, a culpa do pecado foi imputada a toda sua posteridade, e a corrupção natural passou a todos os seus descendentes (Rm 5:12-19; 1ªCo 15:21,22,45,49), por nascimento, visto que todos são concebidos em pecado (Sl 51:5; Jó 14:4), e são, por naturezas, filhos da ira (Ef 2:3), escravos do pecado e passíveis de morte (Rm 6:20; 5:12). Estão todos sujeitos às misérias espirituais, temporais e eternas, a menos que, através da operação miraculosa do Espírito Santo (Jo 16:8), recebam o Senhor Jesus Cristo como único e suficiente salvador de suas vidas, e Ele os liberte (Hb 2:14,15; 1 TS 1:10).

4. Da corrupção natural procedem todas as atuais transgressões (Tg 1:14,15; Mt 15:19), porque ela torna todos os homens completamente indispostos, incapacitados em si mesmos, e contrários a todo bem, e totalmente inclinados para todo o mal (Rm 8:7; Cl 1:21).

5. Durante esta vida na carne, as tendências e inclinações da velha natureza permanecem, mesmo naqueles que são regenerados (Ec 7:20; 1ªJo 1:8). E embora seja perdoada e mortificada mediante Cristo, as tendências permanecem, e o seu fruto na prática, é verdadeiramente pecado (Gl 5:17).

6. Todo pecado é cometido contra Deus, Sua Pessoa, Sua vontade e Sua Lei (Sl 51:4; Rm 8:7,8). Mas o mal praticado pelo homem atinge a si mesmo e também ao seu próximo (Mt 6:14,15; 18:21-35; 1ªCo 8:12; Tg 5:16). O pecado maior consiste em não crer na Pessoa de Cristo, o Filho de Deus, como Salvador Pessoal (Jo

Declaração Doutrinária - IBR

3:36; 16:9; 1ªJo 5:10-12). Por causa de sua desobediência o homem tornou-se inimigo do próximo e da criação de Deus, que sofre por causa da transgressão do homem (Rm 5:12-19; 6:23; Ef 2:5; Gn 3:18; Rm 8:22). Separado de Deus e incapaz de salvar-se a si mesmo, o homem depende da graça de Deus para ser salvo (Rm 3:20,23; Gl 3:10,11; Ef 2:8,9).

VII - O PACTO DE DEUS

1. Os homens jamais poderiam alcançar o dom da vida, senão por complacência voluntária da parte de Deus. E isso Ele se agradou em expressar por meio de um pacto com o homem (Lc 1:17; Rm 3:12).

2. Tendo o homem trazido sobre si mesmo a maldição da Lei, por causa de sua queda no pecado, o Senhor teve por bem estabelecer o pacto da graça (Gn 2:17; Gl 3:10; Rm 3:20,21). Neste pacto Deus oferece gratuitamente, aos pecadores, vida e salvação por Jesus Cristo, requerendo-lhes fé nEle para que sejam salvos (Rm 8:3; Mc 16:15,16; Jo 3:6), e prometendo dar o Espírito Santo a todos aqueles que crêem em Jesus Cristo, para a vida eterna, e capacidade para efetuarem a Sua vontade (Jo 6:44,45; Fl 2:13; Lc 11:13).

3. Este Pacto está revelado na Sagrada Escritura: Primeiramente, na promessa feita a Adão, de Salvação pelo descendente da mulher (Gn 3:15) depois por etapas sucessivas, até que Sua plena revelação foi manifestada em Cristo e no Novo Testamento (Hb 1:1). O pacto de Deus está fundamentado na Eterna Aliança que havia entre o Pai e o Filho para redenção de todos aqueles que crêem para a salvação (2ªTm I: 9; 1ªTM 2:4). É somente pela graça deste Pacto que os descendentes de Adão são salvos e obtêm vida eterna, pois o homem é agora incapaz de ser aceito diante de Deus nos mesmos termos em que Adão vivia em seu estado de inocência (Hb 11:6,13; Rm 4:1,2; At 4:12; Jo 8:56).

VIII - O LIVRE ARBÍTRIO

1. Deus dotou a vontade da criatura humana, com a liberdade e o poder natural de agir por escolha, sem ser forçada ou predeterminada por alguma necessidade natural de fazer o bem ou o mal (Mt 17:12; Tg 1:14; Dt 30:19).

2. O homem, em seu estado de inocência, tinha a liberdade e o poder de querer e fazer aquilo que era bom e agradável a Deus (Ec 7:29). Essa, porém, era uma condição mutável, pois o homem podia decair dessa liberdade e poder (Gn 3:6; 2:17).

3. Com a queda no pecado, o homem perdeu, completamente, toda a sua habilidade volitiva para aquele bem espiritual que acompanha a salvação (Rm 8:7; 5:6; 3:10,23). Por isso, o homem natural é inteiramente adverso a esse bem, e está morto em pecado e delitos contra o Seu Criador (Ef 2:1-5). Ele não é capaz de se converter por seu próprio esforço, e nem mesmo de se dispor a isso, sem a operação do Espírito Santo (Tt 3:3-5; Jo 6:44).

Declaração Doutrinária - IBR

4. Somente a operação do Espírito Santo no homem espiritualmente morto, pode levá-lo a receber ou não a Jesus Cristo como o Seu único Salvador pessoal (Jo 3:5; Jo 3:16; Jo 16:8-11). Se o mesmo resistir à operação do Espírito Santo, é automaticamente endurecido, continuando morto e adverso a esse bem espiritual (At 28:23-27; Hb 3:7-13; Ap 1:3).
5. O Espírito opera no íntimo de todos os homens, incessantemente, porquanto Deus não tem prazer na morte do ímpio, mas deseja que todos se salvem (Ez 18:23; 33:11; 1ªTm 2:4,5; Hb 2:9). Cabe ao homem mediante a operação do Espírito Santo, ouvir a voz de Deus e atender ao Seu convite (Jo 10:27-29; Mt 11:28-30).
6. Quando Deus convence um pecador, e o transfere para o estado de graça, Ele o liberta da sua escravidão natural do pecado (Cl 1:13; Jo 8:36). E, somente pela graça, o habilita a livremente querer e fazer aquilo que é espiritualmente bom (Fl 2:13). Mesmo assim, por causa de certas tendências que permanecem, o homem redimido pode não fazer o bem perfeitamente, e nem desejar somente aquilo que é bom, mas também o que é mau (Rm 7:15,18,19,21,23). Somente no estado de glória a vontade do homem será transformada, perfeita e imutavelmente; e então será completamente livre para fazer apenas o bem (Ef 4:13).

IX - A CHAMADA

1. Aqueles a quem Deus elegeu em Cristo para a vida eterna, pelo exercício de Sua soberania e à luz de sua presciência de todas as coisas (1ªPd 1:2; Rm 8:29) no tempo aceitável e por Ele mesmo determinado, por meio de Sua palavra e de Seu Espírito, Ele se agrada de chamar eficazmente, do estado natural de pecado e morte, para a graça e salvação de Jesus Cristo (Rm 8:30; 11:7; Ef 1:10,11; 2 Ts 2:13,14; Ef 2:1-6). Nenhuma força ou circunstância tem poder para separar o crente nascido de novo do amor de Deus em Jesus Cristo (Rm 8:35-39; 1ªJo 2:27-29; Jr 32:40). O Novo Nascimento, o perdão, a justificação, a adoção como filhos de Deus, a Eleição e o dom do Espírito Santo, são a garantia de Salvação dos que foram Eleitos antes da fundação do mundo (Jo 10:28; Rm 8:35-39; Jd 24; Ef 4:30; 1:3-7).
2. A Chamada é resultante da graça especial e gratuita de Deus, e não de algo bom que de antemão seja visto no homem (2ªTm 1:9; Ef 2:8). É o Poder do Espírito Santo que se serve da Palavra de Deus, convencendo o homem pecador e lhe concedendo a oportunidade gratuita de receber a Cristo (Ef 1:17-18; Rm 10:17; 2 Pd 1:20,21; Jo 14:26).
3. Aqueles que respondem à Chamada, Deus lhe tira o coração de pedra e lhes dá um coração de carne (Ez 36:26) renovando-lhes a vontade; e pela Sua Onipotência, predispõe-lhes para o bem e os traz para Jesus Cristo. No entanto, eles vêm a Cristo espontaneamente e livremente, através da graça de Deus (Dt 30:6; Ez 36:27; Ef 1:19; Mc 16:15,16).
4. As crianças que morrem na infância são salvas por Cristo, por que das mesmas é o Reino de Deus (Mt 18:2-5; Lc 18:15-17).

Declaração Doutrinária - IBR

5. Muitos homens são chamados para o Ministério da Palavra, e desfrutam de algumas operações comuns do Espírito Santo (Mt 24:14; 13:20-21). Contudo por não serem nascidos de novo, eles não ficam firmes na congregação dos justos, e, portanto, não podem ser salvos (Jo 6:44,45,65; 1ªJo 2:24,25; Sl 101:6,7), pois que nunca nasceram de novo (Jo 3:3,5; Mt 7:21-23). Muito menos poderão ser salvos os que não seguem a Fé Cristã, por mais diligentes que sejam em conformar suas vidas à luz da natureza e aos ensinamentos da religião que professam (At 4:12, Jo 4:22; 17:3).

6. Deus chama a todos os homens para a salvação em Cristo (Jo 7:37,38; 2ªCo 5:19,20; Mc 16:15,16; 1ªTm 2:4-6), porém, os salvos, chamados eleitos, foram, antes da fundação do mundo, pela presciência(*propósito*) de Deus (1ªPd 1:2; Ef 1:4) conhecidos por Ele (Rm 8:28-30; 2ªTm 2:19), somente Ele sabe quem são (Dt 29:29; Ap 20:15). Esta escolha foi feita, de maneira que não exista Fatalidade (Mt 11:28-30; Ap 20:12,15) nem tão pouco injustiça da parte do Criador (Sl 9:8; 98:9; 97:2; 2ªTm 2:19).

X - A FÉ SALVADORA

1. A Graça da fé é uma obra do Espírito de Cristo nos corações (2ªCo 4:13; Ef 2:8). Ela habilita os homens a crerem para salvação de suas almas. Normalmente, essa obra é acompanhada pelo Ministério da Palavra (Rm 10:14,17), da oração e das ordenanças, e por estes mesmos a fé é aumentada e fortalecida (Lc 17:5; 1ªPd 2:2; AT 20:32; 16:5).

2. Pela fé o Cristão crê ser verdadeiro tudo quanto é revelado na Palavra de Deus (At 24:14). E Também reconhece a sobreexcelência da Palavra de Deus, acima de todos os escritos e todas as demais coisas neste mundo (Sl 19:7-10). Pela fé, reage coerentemente, segundo a índole de cada passagem em particular: Prestando obediência aos mandamentos nela contidos (Jo15: 14). E abraçando todas as promessas de Deus para sua vida (Hb 11:13).

3. Os atos mais importantes de Fé Salvadora relacionam-se diretamente a Cristo: recebê-lo, confiar exclusivamente nEle para a justificação, a santificação e a vida eterna, conforme as disposições do pacto da graça (Jo 1:12; At 16:31; Gl 2:20; At 15:11). A Fé Salvadora é dom de Deus (Ef 2:8; 1ªCo 2:4, 5; Jd 3; Fp 2:13; HB 12:2).

4. A fé pode ter graduações diferentes, ser mais forte ou mais fraca (Hb 13:5-14; Mt 6:30; Rm 4:19,20). Pode ser, muitas vezes, atacada e enfraquecida; porém a Fé Salvadora sempre alcança a vitória (Ef 6:16; 1ªJo 5:4,5). Ela cresce para a plena certeza de esperança (Hb 6:11,12; Cl 2:2) mediante Cristo, que é o autor e consumidor da nossa Fé (Hb 12:2).

XI - A SALVAÇÃO

1. A Salvação é outorgada por Deus inteiramente de graça (Rm 3:24; At 15:11) por meio da obra meritória do Seu Filho Jesus Cristo (Jo 3:16; 1:12,13; Hb 4:14; 12:22,24), o qual, pela Sua morte na cruz, fez uma

Declaração Doutrinária - IBR

única e completa expiação pelos nossos pecados (Is 53:5; Hb 9:11-14; 10:14; Mt 20:28; Rm 4:25; 3:25; 1ªJo 2:2; 1ªCo15:1,3,4). Mediante arrependimento do pecador e sua fé em Jesus Cristo como único Salvador e Senhor, operada pelo Espírito Santo, este homem alcança a graça divina da Salvação (Jo 14:16; 16:8-11; 3:5; Rm 8:9-11; Ef 4:30).

2. Este arrependimento para a salvação é uma Graça Evangélica (Zc 12:10; At 11:18). Por intermédio dela a pessoa, por obra do Espírito Santo, é levada a sentir os múltiplos males de seu pecado, e, com fé em Cristo, humilha-se por causa do pecado, com uma tristeza santa, ódio ao pecado e repugnância a si mesma (Ez 36:31; 2ªCo 7:11) orando por perdão e fortalecimento na graça, com o propósito e o empenho de caminhar diante de Deus de um modo agradável em todas as coisas (Sl 119:128; Sl 51:1,9,10,11,15) com o auxílio do Espírito Santo e conhecimento da verdade (Gl 5:22,23; Jo 8:32; Sl 119:11).

3. A Salvação é individual (Rm 10:13; Jo 3:14-18) e significa a redenção do homem na inteireza do seu ser (1ªTs 5:23,24; Mt 16:24; Rm 5:10). É um dom gratuito que Deus oferece a todos os homens (Rm 6:23; Hb 2:1-4; At 11:18; Tt 2:11) e que compreende a regeneração, a justificação, a santificação e a glorificação (1ªCo 1:30; Jo 3:3,5; Rm8:33; Rm 8:30; 12:1,2).

4. Por trazermos conosco as inclinações para o mal, o arrependimento deve continuar por toda a vida. Cada pessoa tem o dever de arrepender-se particularmente de cada pecado seu do qual tenha conhecimento (Lc 19:8; 1ªTm 1:13,15; 2ªCo 7:9). Mediante Cristo, no Pacto da Graça, Deus preserva os crentes nascidos de novo para a salvação (Rm 8:32-39; 8:23). Assim como não existe pecado tão pequeno que não mereça a condenação eterna (1ªJo 3:7-9) não existe pecado tão grande que possa trazer condenação sobre os que se arrependem (Is 1:16-18; 55:7). Isso torna necessária a pregação constante do arrependimento e da santificação (1ªJo 2:1-6; Rm 12:1-2).

5. A iniciativa para a salvação do homem é sempre de Deus (Jo 6:44), primeiramente enviando a Cristo (Jo 3:16) e depois através da operação de Espírito Santo (Jo 16:8-11). Cabe ao homem, quando tocado pelo Espírito Santo, abrir seu coração para que Deus venha infundir em sua vida a fé salvadora, fazendo-o ressuscitar espiritualmente, quando este recebe a Cristo em seu íntimo (Rm 10:17; Jo 1:12; Rm 4:16; Gl 3:2; Ef 2:8; 1ªCo 2:4,5; Sl 51). Do contrário, o homem natural continuará morto eternamente (At 2:37,41;7:51; 28:25-28; Hb 3:7,8).

6. O homem só abre o seu coração quando o Espírito Santo opera com Poder em seu íntimo, pois está morto em delitos e pecados (Rm 5:12; 3:10,23; Ef 2,5; Rm 6:23; Jo 16:8-11). Através da Iluminação e do Poder do Espírito Santo, é dado ao homem o direito de crer, ou não, em Cristo para a Salvação (Hb 10:32; Rm 10:7-17; Jo 16:8-11) reconhecendo a sua condição de pecador, e pedindo, do fundo do seu ser, que Deus venha infundir o verdadeiro arrependimento e a verdadeira fé salvadora em seu coração (At 8:21-24; Sl 51.; Tt 3:3-7; 2ªCo 7:10,11). O Espírito Santo opera em todos os homens, mas nem todos reconhecem sua condição pecaminosa e se humilham pedindo-lhe que implante em seus corações o verdadeiro arrependimento e a

Declaração Doutrinária - IBR

verdadeira fé salvadora (At 2:38; 3:19; 11:18; 7:51; Lc 23:39-43; 2 Co 7:10,11; 1ªTm 2:1-5). Muitos preferem andar em seus próprios caminhos (Rm 3:9-20; Pv 14:12; Is 59:1,2,7,8; Tt 3:10,11).

7. A Salvação é pela graça e não por obras e méritos humanos. A operação no íntimo do homem pecador é realizada inteiramente pelo Espírito Santo, para que, de forma alguma, venha a diminuir a Graça da salvação (Jo 3:5; Ef 2:1-9). A Deus seja toda honra e glória (Ap 4:11).

XII - A REGENERAÇÃO

1. A Regeneração é o ato inicial da salvação, na qual Deus faz nascer de novo o pecador perdido, fazendo dele uma nova criatura em Cristo. Todos os homens precisam ser regenerados, ou nascidos de novo, para serem salvos. Isto se efetua de uma maneira além da nossa compreensão, pelo poder do Espírito Santo em conexão com a verdade Divina. É obra do Espírito Santo, na qual o pecador recebe o perdão, a justificação, a adoção como Filho de Deus, a vida eterna e o dom do Espírito Santo. Nesse ato o novo crente é batizado no Espírito Santo, é por Ele selado para o dia da redenção final, e é liberto do castigo eterno dos seus pecados (Dt 30:6; Ez 36:26; Jo 3:3-5; 1ªPd 1:3; Tg 1:18; At 19:2-6; 11:16,17; 1ªCo 12:13; Rm 8:9; Rm 6; 2ªCo 5:17; Ef 4:20-24; 2ªCo 1:21,22; Rm 8:1; 6: 22; Ef 4:30).

2. Há duas condições para o pecador ser regenerado: arrependimento e fé. Ambos são operados pelo Espírito na hora da conversão. O arrependimento implica em mudança radical do homem interior, e a fé é a confiança e o recebimento de Jesus Cristo como Salvador (Tt 3:5; Rm 8:2; Jo 1:11-13; Ef 4:32; At 11:17; 11:18; Mc16:15,16; Ef 3:16,17; 2ªPd 3:9).

XIII - A JUSTIFICAÇÃO

1. A Justificação ocorre simultaneamente com a regeneração. É o ato pelo qual Deus, considerando os méritos do sacrifício de Cristo, também justifica gratuitamente aqueles que crêem (Is 53:11; Rm 8:33; 3:24) não por infundir-lhes justiça, mas perdoando-lhes os pecados, considerando e aceitando-os como pessoas justas (Rm 4:5-8; Ef 1:7). Essa graça é concedida, não por causa de quaisquer obras meritórias praticadas pelo homem, mas por meio de sua fé em Cristo (Rm 5:1; At 13:39; Mt 9:6; 1ªCo 1:30; 2ªCo 5:21). E o homem não obtém essa fé por si mesmo, pois ela é dom de Deus (Jo 1:12; Rm 5:17; 10:17; Hb 12:2; Fl 2:13; 1ªCo 2:4,5; Ef 2:8).

2. A fé, assim recebendo e apoiando-se em Cristo e Sua justiça, é o único instrumento de justificação (Rm 5:1; 3:28). E não é uma fé morta, pois atua pelo amor (Gl 5:6; Tg 2:17,22,26). Pela Sua obediência e morte, Cristo pagou plenamente a dívida de todos os que são justificados. Ele deu satisfação adequada, verdadeira e plena à justiça de Deus, quando tomou o lugar deles e recebeu a punição que a eles era devida (Hb 10:14; 1ªPd 1:18,19; Is 53:5,6). O Pai aceitou a obediência de Cristo e o Seu cumprimento da Lei, em substituição,

Declaração Doutrinária - IBR

a favor dos que seriam justificados, sem que neles houvesse mérito algum (Rm 8:32; 2ªCo 5:21; Is 64:6; Fl 3:9).

3. Deus continua a perdoar os pecados daqueles que são regenerados (1ªJo 1:7,9; Mt 6:9-15), embora jamais possam decair do estado de Justificação (Jo 10:28,29) eles, no entanto, podem incorrer no desagrado paternal de Deus, por causa de seus pecados (Sl 89:31-33) entristecendo assim o Espírito Santo (Ef 4:30). E nesse estado, eles geralmente não podem desfrutar da luz da presença de Deus, até que se humilhem, confessem o seu pecado, peçam perdão e renovem sua fé e arrependimento perante o Pai (Sl 32:5; Sl 51; Mt 26:75).

4. Nenhum Eleito é justificado enquanto o Espírito Santo não lhe aplica, em tempo oportuno, a Pessoa de Cristo e os benefícios de Sua Obra (Cl 1:21,22; Tt 3:4-7). A justificação dos crentes no Antigo Testamento, em todos estes aspectos, foi igual à justificação dos crentes do Novo Testamento (Gl 3:9; Rm 4).

XIV - A ADOÇÃO

1. Em Cristo e por Cristo, Deus é servido fazer participantes da Graça da Adoção todos quantos são justificados (Ef 1:5; Gl 4:4,5). Pela Graça eles são recebidos no rol dos filhos de Deus (2ª Jo 1:12; Rm 8:17) e desfrutam das liberdades e dos privilégios dessa condição. Recebem sobre si o nome de Deus (2ªCo 6:18; Ap 3:12) o Espírito de adoção (Rm 8:15), têm acesso com ousadia ao Trono de Graça, podem chamar a Deus de Aba (*Pai*), (Gl 4:6; Ef 2:18), recebem compaixão (Sl 103:13), proteção (Pv 14:26) e a provisão de suas necessidades (1ªPd 5:7). Também são castigados por Deus, como por um Pai, quando se faz necessário (Hb 12:6), pois o pai os ama. E não há quem possa retirá-los de Sua mão (Is 54:8, 9; Lm 3:31; 1ªJo 4:9,10) pois estão selados para o Dia da Redenção (Ef 4:30). Também herdam as promessas, na qualidade de herdeiros da salvação eterna (Hb 1:14; Hb 6:12).

XV - A SANTIFICAÇÃO

1. É o processo pelo qual somos feitos participantes da Santidade de Deus segundo a Sua vontade (1ªTs 4:3; 5:23; 2ªCo 7:1; Ef 1:4). Ela se inicia na Regeneração (1ªJo 2:29; Rm 8:5; Jo 3:6; Fl 1:9,10) e é levada avante nos corações dos crentes pelo Poder e operação do Espírito Santo, que é o confortador e o Penhor da herança eterna, e pelo uso contínuo dos meios designados, especialmente a Palavra de Deus, que é a fonte da verdade que revela a vontade de Deus para que o homem tenha uma vida Santa (Fl 2:12,13; Ef 4:30; 4:11,12; 6:14-19; Jo 17:17; Mt 26:41; 2ªPd 3:17,18; 2ªCo 13:5,6; Lc 9:23).

2. O domínio de tudo o que é pecado, sobre os regenerados por Cristo, é destruído (Rm 6:14). As suas várias tendências vão sendo cada vez mais enfraquecidas e mortificadas (Gl 5:24; Rm 6:6). E os crentes mais e mais são vivificados e fortalecidos mediante o conhecimento da Palavra (Cl 1:11; Ef 3:16) para praticarem toda a verdadeira Santidade, “*sem a qual ninguém verá o Senhor*” (2ªCo 7:1; Hb 12:14; 1ªCo 1:8; Cl 1:22).

Declaração Doutrinária - IBR

A santificação como um processo abrange o homem todo (1^aTs 5:23,24) ainda que imperfeita enquanto nesta vida (Ap 22:11), o que provoca uma guerra irreconciliável, onde a carne milita contra o espírito, e o espírito milita de contra a carne (Gl 5:17; 1^aPd 2:11).

3. Nesta guerra, embora a tendências ao pecado possam prevalecer por algum tempo (Gl 5:16-18; 5:25), a contínua atuação do Espírito Santo, o qual opera dentro da perseverança do Salvador, faz com que o regenerado afinal vença (Rm 6:14). E, deste modo, os Santos crescem na graça, aperfeiçoando a sua santidade no temor de Deus, sendo guiados pelo Espírito Santo (Ef 4:15,16; 2^aCo 3:18; 7:1).

XVI - A GLORIFICAÇÃO

1. É o ponto culminante da obra de salvação (Rm 8:30; 2^aPd 1:10,11; 1^aJo 3:2; Fl 3:12; Hb 6:11). É o estado final do homem regenerado pelo Espírito Santo. É um estado permanente que envolve a felicidade dos que são redimidos pelo sangue de Jesus Cristo (1^aCo 13:12; 1^aTs 2:12; Ap 21:3,4).

XVII - AS BOAS OBRAS

1. O Cristão pratica Boas Obras porque é salvo, e não para ser salvo (Ef 2:8-10; 2^aCo 9:8; 2^aTm 2:21). As Boas Obras são aquelas que Deus operou em Sua Santa Palavra (Mq 6:8; Hb 13:21) e não as que alguns homens inventam, sem o respaldo da Palavra de Deus, movidos por um zelo egoísta e cego, ou por algum pretexto de boas intenções, pensando que podem compraras bênçãos de Deus e alcançar salvação através de boas obras (Mt 15:9; Is 29:13; Cl 2:15-23).

2. As Boas Obras, feitas em obediência aos mandamentos de Deus, são os frutos e a evidência de uma fé verdadeira e viva (Tg 2:18-22). Por meio delas o Senhor é glorificado na vida do crente e Sua Igreja é edificada (Sl 116:12, 13; 1^aJo 2:3, 5; 2^aPd 1:5-11; Mt 5:16; 1^aPd 2:15; 1^aTm 6:1; Fp 1:11). A aptidão para as Boas Obras não advém do próprio crente, mas do Espírito de Cristo (Gl 5:22-23; Jo 15:4,5). É Deus que opera nele tanto o querer como o efetuar, através do Espírito Santo (FP 2:13). Isto não significa que os crentes devam ser negligentes, como se não tivessem a obrigação de cumprir um dever, senão quando especialmente motivados pelo Espírito Santo. Os crentes devem ser diligentes e desenvolver a graça de Deus que neles há (Hb 6:11,12; Fp 2:13; Lc 17:10). É através da influência contínua do Espírito Santo, além das graças já recebidas, que os crentes são capacitados a desempenharem Boas Obras (2^aCo 3:5).

3. As nossas melhores obras, não nos fazem merecer junto a Deus o perdão do pecado ou a vida eterna (Ef 2:8-10; Is 64:6), visto ser grande o abismo e a desproporção entre nossas obras e a glória por vir; e a infinita distância entre nós e Deus. Nossas obras não podem fazer benefícios a Deus, e nem tão pouco satisfazê-lo pela dívida dos nossos pecados anteriores (Rm 3:20; Rm 4:6). Se nossas obras são boas, é porque procedem do Espírito e não de nós mesmos (Gl 5:22,23).

Declaração Doutrinária - IBR

4. Todavia, desde que o crente, como pessoa, seja aceito por meio de Cristo, as suas obras também são aceitas por Cristo (1ªPd 2:5,15), mas isto não significa que nesta vida tais obras sejam totalmente irrepreensíveis diante dos olhos de Deus. Antes, significa que, vendo-as em Seu Filho, Deus se agrada em aceitar e recompensar aquilo que é sincero, apesar de realizado com muitas fraquezas e imperfeições (Mt 25:21,23; Hb 6:10).

5. As Boas Obras feitas por pessoas não regeneradas não procedem de um coração purificado pela fé (Gn 4:5; Hb 11:4,6). São pecaminosas e não podem agradar a Deus, nem tornar uma pessoa apta para receber a graça salvadora de Deus (Am 5:21,22; 1ªCo 13:1; Mt 6:2,5). Contudo, a omissão de tais obras é ainda mais pecaminosa e ofensiva a Deus do que sua prática (Jó 21:14,15; Mt 25:41-43).

XVIII - A PERSEVERANÇA DO SALVADOR

1. A Perseverança do Salvador (*ou perseverança dos Santos*) significa que: os que Deus aceitou no Amado, aqueles que foram chamados eficazmente e santificados por Seu Espírito, e receberam a fé preciosa, não podem decair totalmente, nem definitivamente, do estado de graça. Antes, hão de perseverar até o fim e ser eternamente salvos, tendo em vista que os dons, e a vocação de Deus são irrevogáveis, e Ele continuamente gera e nutre neles a fé, o arrependimento, o amor, a alegria, a esperança e todas as graças que conduzem à imortalidade (Jo 10:28,29; Fp 1:6; 2ªTM 2:19; 1ªJo 2:19). Sendo assim, são guardados pelo Poder de Deus para a salvação, mediante a fé (Jo 3:16,36; Rm 8:35-39).

2. Não obstante, por algum tempo, a visão perceptível da luz e de amor de Deus pode, para eles, cobrir-se de nuvens e ficar obscurecida (Sl 89:31-34; 1ªCo 11:32) por causa da incredulidade e das tentações de Satanás. Mesmo sendo eles infiéis, Deus permanece fiel, continuando a ser o mesmo (Mt 3:6). E eles serão guardados pelo Poder de Deus, pois estão com os seus nomes escritos no livro da vida, desde a eternidade (Ef 1:4).

3. Esta Perseverança não depende de uma decisão da parte dos santos; mas, sim, decorre da imutabilidade do Decreto da Eleição (Rm 8:30; 9:11,16; Fl 2:13). Baseado numa fé pela Graça e não por meio de obras, fluindo do amor gratuito e inalterável de Deus Pai, sobre a eficácia do mérito e da intercessão de Jesus Cristo; da união com Ele (Rm 5:9, 10; Jo 14:19,20; Ef 2:8; Jo 17:7-17); do juramento de Deus (Hb 6:17-22); da habitação do Seu Espírito; da semente de Deus dentro deles (1ªJo 3:6,9; 5:18); e da natureza do pacto da graça (Jr 32:40). De tudo isso decorre também a certeza infalível da perseverança dos Santos e do seu Salvador, o Cristo.

4. Devido às tendências ao mal que ainda permanecem dentro dos Santos, as quais podem ser promovidas pela tentação de Satanás e do mundo ou pela negligência aos meios para a sua própria preservação, os Santos podem incorrer em tristes pecados, e padecer suas consequências por algum tempo (Sl 51; Gl 5:16-18). Desse modo, eles caem em desagrado perante Deus e entristecem o Santo Espírito (Is 64:5,9; Ef 4:30). Diante disso, vem ser privados de bênçãos e confortos (Sl 51:10,12), têm seus corações endurecidos e ferida

Declaração Doutrinária - IBR

a consciência (Sl 32:3,4) ofendem e escandalizam outras pessoas, e fazem vir sobre si mesmos os juízos de Deus, ainda neste mundo (2ªSm12:14). Não obstante, eles renovarão o seu arrependimento e serão preservados através da fé em Cristo Jesus, até o fim (Lc 22:32,61,62; Ap 2:5; 1ªCo 5:1-5), pela semente de Deus que permanece neles (1ªPd 1:23; 1ªJo 3:9).

XIX - A CERTEZA DA GRAÇA E DA SALVAÇÃO

1. Os seguidores professos não-regenerados, em vão podem enganar a si mesmos com falsas esperanças e presunções carnis, supondo gozar do favor de Deus e estar em um estado de salvação. Essa sua esperança perecerá, a menos que eles venham a nascer de novo, como diz as Escrituras (Jó 8:13,14; Mt 7:22,23; Sl 101:5-8; Jo 3:5,6). Porém, todos aqueles que realmente crêem no Senhor Jesus Cristo, e o amam sinceramente, procurando andar perante Ele em toda boa consciência, podem estar certos de que estão em um estado de Graça nesta vida, e podem regozijar-se na esperança da glória de Deus (1ªJo 2:3; Jo 3; 14,18,19,21,24; 5:13; Pv 28:13) da qual jamais se envergonharão (Rm 5:2,5).

2. Esta certeza de salvação, não é mera persuasão teórica e presumível, baseada em uma esperança que pode falhar. Ela é uma certeza infalível de fé (Hb 6:11,19) alicerçada no sangue e na retidão de Cristo revelados no evangelho (Hb 6:17,18; 9:14). É garantida pela Palavra de Deus a todo aquele que realmente crê (Jo 1:12; 5:24) bem como na evidência interior de certas graças do Espírito Santo, as quais recebem promessas de Deus (2ªPd 1:4,5,10,11). Baseia-se, igualmente, no testemunho do Espírito de adoção que testifica com o nosso espírito que somos filhos de Deus (Rm 8:15,16). E esta certeza nos guarda, mantendo o nosso coração humilde e santo (1ªJo 3;1-3).

3. Esta certeza infalível de salvação, não é uma parte essencial da vida Cristã, pois um crente pode esperar muito tempo, e lutar contra muitas dificuldades, antes de alcançar esta certeza (Is 50:10; Sl 88; Sl 77:1-12). Contudo, não é necessária uma revelação especial para que o crente tenha esta certeza. O crente pode obtê-la pelo uso correto dos meios apontados por Deus (1ªJo 4:13-16; Hb 6:11,12). Porém, todo o Cristão tem o dever de procurar confirmara sua vocação e eleição, com toda diligência, para que o seu coração possa estar em paz e alegria no Espírito Santo, diante de Deus e dos homens, e que isso redunde em amor e gratidão a Deus, e em vigor e ânimo para os deveres de obediência. Tais são os frutos naturais dessa certeza (Rm 5:1, 2,5; Rm 14; 17; Sl 119:32), que ela está longe de inclinar os homens para o relaxamento (Rm 6:1, 2; Tt 2:11-14).

4. Os crentes verdadeiros (*regenerados*) podem ter a sua certeza de salvação abalada, diminuída ou interrompida do seu ponto de vista, de diversas maneiras: por negligência na preservação dessa certeza; por desconhecerem a profundidade do relacionamento entre o Espírito Santo e o Cristão; por caírem em algum pecado específico, que fere a consciência e entristece ao Espírito (Ef 6:17; 4:30; Rm 8:35; Sl 51:8,12,14); por uma tentação súbita ou veemente; por Deus retirar de sobre eles a luz da Sua presença, permitindo que

Declaração Doutrinária - IBR

mesmo os que O temem caminhem em trevas(Sl 116:11; 77:7,8; Sl 31:22; 30:7). Contudo, eles jamais ficam destituídos da Divina semente e da vida de fé (1ªJo 3:9) do amor de Cristo e dos irmãos, da sinceridade de coração e da consciência do dever. É a partir dessas graças, por obra do Espírito Santo, que a certeza da salvação pode ser verificada no devido tempo (Sl 42; 5,11). E, mediante as mesmas, os crentes são preservados de um total de desespero (Lm. 3.26-31).

XX - A LEI DE DEUS

1. Deus outorgou a Adão uma Lei de obediência, e a inscreveu no seu coração; e também um preceito em particular: o de não comer do fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal (Gn 1:27; Ec 7:29; Gn 2:16,17). Deus prometeu vida como recompensa do cumprimento, e morte como castigo pela quebra da Lei (Gl 3:10,12; Dt 27:8-10). Assim, Adão e toda a sua posteridade ficaram comprometidos a uma obediência pessoal, total, exata e perpétua à Lei (Rm10: 5). Ao homem foi dado o poder e a habilidade para guardá-la. Esta mesma Lei que uma vez foi inscrita no coração humano, continuou a ser uma regra perfeita de justiça após a queda (Rm 2:14,15; 7:12,14) e foi dada por Deus sobre o monte Sinai e inscrita em tábuas de pedra, na forma de dez mandamentos (Dt 10:4; ÊX 20:1-17).

2. Além dessa Lei, comumente chamada de Lei Moral, Deus houve por bem dar Leis Cerimoniais ao povo de Israel, contendo diversas ordenanças simbólicas: Em parte, de adoração, prefigurando Cristo, as suas Graças, Suas ações, Seus sofrimentos, e os benefícios que conferiu(Hb 10:1; Cl 2:16,17) e, em parte, estabelecendo várias instruções de deveres Morais (1ªCo 5:7,8). As Leis Cerimoniais foram instituídas com vigência temporária, pois mais tarde seriam ab-rogadas por Jesus, o Messias e único Legislador, que na sua vida cumpriu e revogou essas Leis (Cl 2:14-17; Ef 2:14-16). Deus também deu diversas Leis Judiciais ao povo de Israel, que expiraram juntamente com o Antigo Estado de Israel e agora não possuem mais caráter obrigatório. São válidas, no entanto, como um padrão moral de equidade coletiva (1ªCo 9:8-10).

3. Para sempre a Lei Moral requer obediência de todos os homens, justificados ou não (Rm 13:8-10; Tg 2:8,10-12). É isto, não apenas por causa do assunto de que trata essa Lei, mas, também por causa da autoridade de Deus o Criador, que a impôs (Tg 2:10,13). No Evangelho, Cristo de modo nenhum dissolve a Lei, antes confirma a sua obrigatoriedade (Mt 5:17-20; Rm 3:31) embora os crentes não estejam debaixo da Lei, como um pacto de obras para serem justificados ou condenados por ela (Rm 6:14; Gl 2:16; Rm 8:1; 10:4). A Lei é de grande utilidade para os crentes, bem como para outras pessoas. Isso porque a Lei, como uma regra de vida, lhes informa da vontade de Deus e do dever que lhes cabe, dirigindo e constringendo-os a caminharem segundo esse dever. A Lei também descobre as contaminações pecaminosas da natureza humana, nos corações e nas vidas, para que eles se examinando na Lei, possam vir a ter uma maior convicção, humilhação e ódio pelo pecado, além de uma visão mais esclarecida de sua necessidade de Cristo e da perfeição da obediência de Cristo (Rm 3:20; 7:7).

Declaração Doutrinária - IBR

4. A Lei é útil para restringir as corrupções dos regenerados, pois proíbe o pecado. Igualmente, as promessas da Lei demonstram a aprovação de Deus à obediência, e quais bênçãos os homens podem esperar receber se cumprirem a Lei, embora essas bênçãos não lhes sejam devidas por encargo da Lei, como seria num pacto de obras. Por conseguinte, se um homem faz o bem e se refreia do mal (*porque a Lei o encoraja a uma coisa e o dissuade a outra*), isso não é evidência de ele estar debaixo da Lei e não debaixo da graça (Rm 6:12-14; 1ªPd 3:8-17; Gl 3:19).

5. O uso da Lei, acima mencionado, não é contrário à Graça do Evangelho, antes concorda docemente com ela (Gl 3:21,22) à medida em que o Espírito de Cristo conquista a vontade do homem e o capacita a fazer, espontânea e alegremente, aquilo que a vontade de Deus revelada na Lei requer que seja feito em amor, pois o cumprimento da Lei é o Amor (Ez 36:27; Mt 22:35-40).

XXI - O EVANGELHO E A EXTENÇÃO DE SUA GRAÇA

1. O Pacto das obras foi quebrado pelo pecado e se tornou inútil para conduzir à vida. Mas Deus foi servido prometer Cristo, o descendente da Mulher, como meio de chamar os homens ao arrependimento e a fé nEle (Gn 3:15). Nesta promessa, a essência do evangelho foi revelada, o que a tornou eficaz para a conversão e salvação dos pecadores (Ap 13:8; Rm 1:16,17).

2. As obras da criação ou da providência, bem como a luz da natureza, não fazem mais do que uma apresentação genérica e obscura de Cristo e da graça através dEle (Rm 10:14,15,17). Sendo assim, são insuficientes para que os homens destituídos da revelação de Cristo possam alcançar fé salvadora ou arrependimento para a vida (Pv 29:18; Is 25:7; 60:2,3). A promessa referente à Cristo e à Salvação através dEle somente é revelada pela Palavra de Deus (Rm 1:17).

3. O Evangelho é o único meio externo da revelação de Cristo e da Graça Salvadora, e, como tal, é abundantemente suficiente para isso. No entanto, para que homens mortos em transgressões possam nascer de novo e ser vivificados ou regenerados, faz-se necessária, também, uma obra efetiva e insuperável do Espírito Santo, em cada parte da alma, para produzir neles uma nova vida espiritual (Sl 110:3; 1ªCo 2:14; Ef 1:19,20). Sem esta obra do Espírito Santo não há outros meios de produzir a conversão a Deus, naqueles que se achegam a Ele para serem regenerados (Jo 6:44; 2ªCo 4:4,6). Por isso nos é ordenado, na Palavra de Deus, que preguemos o Evangelho a todos os homens, para que tenham a oportunidade de obter a Salvação em Cristo Jesus (Mc 16:15,16; At 1:8; Mt 28:18-20).

XXII - A LIBERDADE CRISTÃ E A LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA

1. Cristo comprou para os crentes no Evangelho a Liberdade, a qual consiste: na libertação da culpa do pecado, da ira condenatória de Deus, do rigor e da maldição da Lei (Gl 3:13) e na liberdade dos crentes deste mundo perverso (Gl 1:4), da escravidão que Satanás impõe aos que não têm a Cristo (At 26:18), do domínio

Declaração Doutrinária - IBR

do pecado (Rm 8:3; 6:14), da malignidade das aflições (Rm 8:28), do medo e do aguilhão da morte, da vitória da sepultura (1ªCo 15:54-57), e da perdição eterna (Lc 19:10; 1ªTs 1:10). Consiste também no livre acesso a Deus, no prestar-lhe uma obediência não suscitada por medo escravizador, mas por amor, como o de uma criança, voluntariamente, e no ser livre para chamá-lo de “Aba”- Pai (Rm 8:15; Lc 1:73-75). Tudo isso, em essência, aplicava-se também aos crentes que viviam sob Lei (Gl 3:9-14). Porém, sob o novo testamento, a liberdade Cristã é ampliada na libertação do jugo da Lei Cerimonial a que o povo de Israel estava sujeito, na maior ousadia de acesso ao Trono da Graça, e muito maior medida do livre Espírito de Deus do que os crentes normalmente desfrutavam sob a Lei (Jo 7:38,39; Hb 10:19-21).

2. Deus, e somente Ele, é o Senhor da consciência (Tg 4:12; Rm 14:4), e Ele a liberou das doutrinas e mandamentos de homens que entrem em contradição com a Palavra ou que não estejam contidos nela (At 4:19,29; Mt 15:6,9). Por isso, acreditarem tais doutrinas ou obedecer a tais mandamentos, por causa da consciência, é trair a verdadeira liberdade da consciência (Cl 2:20-23). O crente deve preservar a sua liberdade adquirida em Cristo (1ªCo 6:12), esquivando-se do legalismo, para que sua fé não venha a ser fundamentada em obras (Cl 2:15-23; Rm 3:20); bem como deve viver a liberdade Cristã no temor do Senhor, para não cair na condenação do Diabo (Ap 22:12; 1ªCo 5:1-8; Pv 1:7,10,18).

3. A exigência de uma fé irrestrita, de uma obediência cega e total, significa destruir as liberdades de consciência e raciocínio. É dever de todo aquele que ama a Deus, servi-lo de todo coração e de todo conhecimento (1Co 3:5-9; 2ªCo 1:24; Mt 22:37; Rm 12:11), para que seja apto para responder com sabedoria e diligência todas as vezes que for inquirido acerca da razão da esperança (1ªPd 3:15; 2ªTm 2:15,16,25).

4. Os que praticam algum pecado ou alimentam qualquer tipo de desejo pecaminoso, a pretexto da liberdade Cristã, pervertem o designo principal da Graça do Evangelho, para a destruição de si mesmos (Rm 6:1,2,11,12,13; 1ªJo 3:7-10). Desse modo, eles subvertem a finalidade da liberdade Cristã, que é: sendo libertados das mãos de todos os nossos inimigos, possamos servir ao Senhor em santidade e retidão perante Ele, sem medo, por todos os dias de nossa vida (Gl 5:13; 2ªPd 2:17-22; 1ªJo 2:19). O Cristão sempre deve ter em mente, que todo aquele que vive na prática do pecado, na realidade, não conheceu a Deus (1ªJo 3:9, 10; 5:18,19).

5. *USOS E COSTUMES*: Os usos e costumes não podem salvar os homens (Ef 2:8,9; Cl 2:9-21). Estão fadados ao desaparecimento pelo uso, pois são baseados em preceitos, doutrinas e ensinamentos de homens (Cl 2:22). Têm na verdade aparência de sabedoria e culto voluntário, e muitas vezes provêm de uma humildade fingida (Cl 2:23) e severidade para com o corpo, porém, não têm valor algum contra a satisfação da carne (Cl 2:23). Devemos respeitar os usos e costumes de cada irmão, bem como de cada cultura (Rm 14:13-23; 15:1,2), não julgando a ninguém, para não sermos julgados (Mt 7:1; Jo 7:24; 8:15). A cada Cristão, cabe saber lidar com a sua liberdade em Cristo Jesus (1ª Co 6:12; 1ªCo 10:23). Nenhum costume ou

Declaração Doutrinária - IBR

tradição pode diminuir ou invalidar as Escrituras Sagradas (Mt 15:6-9; Gl 1:6-11). Também é totalmente claro que nenhum Cristão deve participar de festas de ídolos, ou comer coisas sacrificadas a ídolos; pois as coisas que os ímpios sacrificam, na realidade são sacrificadas a Demônios (1ªCo 10:14-21; 8:1-13; 1ªCo10:23,24,32,33).

XXIII - A ADORAÇÃO RELIGIOSA E O DIA DO SENHOR

1. A luz da natureza mostra que existe um Deus, que é Senhor e exerce soberania sobre todos, que é justo e bom; e que, portanto, deve ser temido, amado, louvado, invocado, crido e servido, de todo coração, de toda alma, e com todas as forças, pois faz bem a todas as Suas criaturas (Jr 10:7; Mc 12:33). A verdadeira maneira, por Ele aceita, de ser cultuado é aquela instituída por Ele mesmo (Dt 12:32), e que está bem delineada por Sua própria vontade, revelada em Sua Palavra, para que não seja adorado com as imaginações e invenções humanas, nem com as sugestões de Satanás, nem por meio de qualquer representação visível, ou qualquer outro modo não prescrito nas Sagradas Escrituras (Êx 20:4-6; 2ªRs 18:3,4; Jo 4:23,24).

2. A Adoração Religiosa deve ser dada a Deus (Pai, Filho e Espírito Santo), e somente a Ele (Mt 4:9,10; Jo 6:23; Mt 28:19). Não a Anjos, Santos ou qualquer outra criatura (Lc 4:8; Mt 4:8-10; Rm 1:25; Cl 2:18; Ap 19:10; Is 45:20; Sl 115). Desde a queda, não sem um Mediador (Jo 14:6), nem por Mediação de qualquer outro, senão Cristo apenas (Tm 2:5) Deus deve ser adorado em Espírito e em verdade, conforme ensina-nos as Sagradas Escrituras (Jo 4:23,24).

3. A oração com ações de graça é requerida por Deus, de todos os homens (Sl 95:1-7; 65:2), por ser parte daquela adoração que é inata a todos os seres humanos. Contudo, para ser aceitável, deve ser feita em nome do Filho (Jo 14:13,14) com a ajuda do Espírito Santo (Rm 8:26,27), de acordo com a vontade de Deus (1ªJo 5:14), com discernimento, reverência, humildade, fervor, fé, amor e perseverança (1ªCo 14:15-19; Cl 4:2). Deve se rogar por coisas lícitas, e por toda sorte de pessoas, vivas ou que ainda viverão (1ªTm 2:1, 2; 2ªSm 7:29), mas de nenhuma forma pelas pessoas que já morreram (2ªSm 12:21-23).

4. Todas as partes da Adoração Religiosa, a leitura das Escrituras (1ª Tm 4:13) a Pregação e o ouvir da Palavra de Deus (2ªTm 4:2; Lc 8:18), o ensino e a advertência mútua; louvor com salmos, hinos e cânticos espirituais, com gratidão ao Senhor em nossos corações (Cl 3:16; Ef 5:19); a ministração do Batismo (Mt 28:19,20), e a Ceia do Senhor (1ªCo 11:26), devem ser cumpridos em obediência a Deus, com entendimento, fé, reverência e temor piedoso. Além disso, em ocasiões, e sempre que necessário, deve ser usado a humilhação solene, com jejuns (Et 4:16; Ne 9:1; Jl 1:14; 2:15), e ações de graças, de uma maneira Santa e reverente (Êx 15:1-19; Sl 107).

5. Deus deve ser adorado em Espírito e em verdade, em todos os lugares e em todos os tempos, por todos os homens. Agora, no Evangelho, a adoração a Ele prestada não está relacionada a um lugar específico, nem se torna mais aceitável por causa do lugar em que é feita ou para o qual a pessoa esteja voltada (Jo 4:21; Mt

Declaração Doutrinária - IBR

1:11; 1ªTm 2:8). Deus pode e deve ser adorado na privacidade familiar (At 10:2; 2:46; 5:42); diariamente (Mt 6:11; Sl 55:17), em secreto, (cada pessoa individualmente), e muito mais solenemente, nos cultos públicos, os quais não devem ser intencionais ou inconsequentemente negligenciados ou esquecidos, pois Deus mediante sua Palavra e providência, nos conclama a prestá-los (Mt 6:6; Hb 10:25; At 2:42).

6. Por instituição Divina, é uma Lei universal da natureza que uma porção de tempo seja separada para a adoração a Deus. Por isso, em Sua Palavra, através de um mandamento explícito, perpétuo e moral, válido para todos os homens, em todas as eras, Deus determinou que um dia, em cada sete, lhe seja santificado (Êx 20:8) como um dia de descanso. Desde o começo do mundo até a ressurreição de Cristo esse dia era o último dia da semana, e, desde a ressurreição de Cristo, foi mudado para o primeiro dia da semana, o qual é chamado "Dia do Senhor" (1ªCo 16:1, 2; At 20:7; Ap 1:10). A guarda desse dia como sábado Cristão deve continuar até o fim do mundo, pois foi abolida a observância do último dia da semana (1ªCo 16:2; Ap 1:10; Hb 10:25; At 20:7; Hb 9:9,10,15). "Há no quarto mandamento da Lei Divina fatores Cerimonial e ético. O fator Cerimonial era o descanso no sétimo dia após a Criação, e a rigorosa observância desse dia, imposta particularmente ao povo Judeu. O fator Moral está no fato de ter sido apropriado para a religião determinado dia, e de ser exigido para esse fim tanto para descanso quanto é necessário para a religião e para a sua contemplação santificada. Tendo sido abolido o sábado dos Judeus, o dia do Senhor deve ser solenemente santificado pelos Cristãos (1ªCo 9:8-10; Rm 13:8-10; Tg 2:8, 10-12; Cl 2:14,16,17; Ef 2:14-16). Desde o tempo dos Apóstolos, o dia já tem sido observado pela Primitiva Igreja Universal" (*cit. sínodo de dort*),(At 2:41; 20:6,7).

7. O dia de descanso é santificado ao senhor quando os homens preparam devidamente os seus corações para esse dia e põem em ordem os seus afazeres corriqueiros, de antemão. Deve ser para os Cristãos um dia de real repouso em que, pela frequência aos cultos nas igrejas e pelo maior tempo dedicado à oração, à leitura bíblica e outras atividades religiosas, eles estejam se preparando para "*aquele descanso que resta para o povo de Deus*". Nesse dia, os Cristãos devem abster-se de todo trabalho secular, excetuando aquele que seja indispensável à vida da comunidade. Devem também abster-se de recreações que desviem a atenção das atividades espirituais (Is 58:13; Ne 13:15-22; Mt 12:1-13; Hb 4:8-11).

8. Nós Cristãos guardamos o primeiro dia da semana (O Domingo) como "O Dia do Senhor" porque: Jesus ressuscitou dentre os mortos no primeiro dia da semana (Jo 20:1), Jesus apareceu a dez dos seus discípulos naquele primeiro dia da semana (Jo 20:19), Jesus esperou uma semana e depois no outro primeiro dia da semana apareceu aos onze discípulos (Jo 20:26); a promessa da vinda do Espírito Santo cumpriu-se no primeiro dia da semana (Lv 23:15,16; At 2:1); no mesmo primeiro dia da semana foi pregado pelo Apóstolo Pedro o primeiro sermão Evangelístico sobre a morte e ressurreição de Jesus (At 2:14); neste primeiro dia da semana os três mil conversos foram unidos à primeira Eclésia Neo-Testamentária (At 2:41); no mesmo primeiro dia da semana o rito do Batismo Cristão em nome do Pai, Filho e Espírito Santo, foi ministrado

Declaração Doutrinária - IBR

pela primeira vez (At 2:41), em Trôade os Cristãos reuniram-se para o culto no primeiro dia da semana (At 20:6,7); em Trôade, Paulo pregou aos Cristãos reunidos no primeiro dia da semana (At 20:6,7). Paulo instruiu aos Cristãos em Corinto a fazer contribuições no primeiro dia da semana (1ªCo 16:2); no primeiro dia da semana Cristo veio ao Apóstolo João na ilha de Pátmos (Ap 1:10). Temos por base, ainda, que: nossa salvação é pela Graça (Ef 2:8, 9), que a guarda do Sábado, não foi exigida pelos Cristãos Judeus aos Cristãos não-judeus (At 15:19-21; AT 21:25), que todos os dias são Santos perante a face do Senhor, e que temos liberdade em Cristo para guardar o Primeiro Dia da Semana como Dia Especial de adoração e consagração a Deus (Cl 2:16,17; Hb 8.; Is 1:13-14).

XXIV - A IGREJA

1. A Igreja de Cristo, com respeito à obra interna do Espírito, é invisível, pois a mesma consiste no número total dos Eleitos que já foram, estão sendo, ou ainda serão chamadas em Cristo, o cabeça de todos. A Igreja é universal; é a esposa, o Corpo e a plenitude dAquele que é tudo em todos, Jesus Cristo (Hb 12:23; Cl 1:18; Ef 1:10,22,23; 5:23,27,32).

2. Todos os homens que professam fé no Evangelho e obediência a Deus, mediante Jesus Cristo, ao redor do mundo, e não destroem o seu testemunho com alguma doutrina fundamentalmente errada, ou com um viver profano; podem ser chamados de "os Santos" (Rm 1:7). Esses é que compõem a Igreja visível (1ªCo 1:2).

3. Cremos que a Igreja visível é uma congregação de crentes batizados (1ªCo 1:12,13; Mt 18:17,18; At 8:1; 13:1; 1 Co 4:17; 3 Jo 9-11), associados uns aos outros, sob um pacto de fé e na comunhão do Evangelho (At 2:41,47; 1ªCo 5:12,13; 2ªCo 8:5), fazendo, assim, parte da Igreja universal (Rm 16:17-19; 1ªCo 11:23; 4:17; 2ªCo 2:17; Hb 12:23). Porém, mesmo as igrejas mais puras sobre a terra estão sujeitas a erros doutrinários e a comprometimentos (1ªCo 5.; Ap 2:3). Algumas se degeneram tanto, que deixam de ser igrejas de Cristo, e passam a ser sinagogas de Satanás (Ap 18:2; 2ªTs 2:11,12; 2ªJo 9; Gl 1:8).

4. O Senhor Jesus Cristo é o único fundamento da Igreja e o Cabeça da mesma. Por determinação do Pai, de uma maneira suprema e soberana, nele está investido o Poder de chamar, instituir, ordenar e governar a Igreja. Portanto, nenhum homem pode, em qualquer tempo e sentido, ser o cabeça da Igreja (Cl 1:18; Mt 28:18-20; Ef 4:11,12; 2:20-22; 4:15,16; Mt 16:18; Is 28:16; Rm 9:33; 1 Pd 2:6-8). No exercício deste Poder, o Senhor Jesus instituiu alguns homens para servirem como seus oficiais, os quais, segundo o Novo Testamento, são: Bispos ou Pastores, e Diáconos (At 20:17,18; Fl 1:1; At 14:23), cujos predicados, direitos e deveres são definidos nas Epístolas a Timóteo e Tito (1ªTm 3; Tt 1:5-9).

5. No exercício deste mesmo Poder, o Senhor Jesus chama todos os homens ao arrependimento, através do Ministério da Palavra, e por Seu Espírito a fim de que possam caminhar diante dEle, conforme Ele prescreveu em sua Palavra (Mt 11:28-30). Todos quanto atenderem ao Seu chamamento, devem formar

Declaração Doutrinária - IBR

sociedades locais (as igrejas) para a edificação mútua e a devida performance do culto público que Ele requer dos Seus neste mundo, conforme ordenou (Mt 18:15-20).

6. Uma igreja local, reunida e completamente organizada de acordo com a mente de Cristo, consiste de oficiais e membros (At 20:17,28; Fp 1:1; At 6:3,5,6). Embora a tarefa de serem diligentes na pregação da Palavra seja, por definição de ofício, uma incumbência dos Pastores das igrejas, a pregação da Palavra não está confinada exclusivamente a eles. Outras pessoas, que tenham sido dotadas e preparadas pelo Espírito Santo, e que também tenham sido convocados pela Igreja, podem ocupar-se com a obra da pregação (At 11:19-21; 1^aPD 4:10,11). Todos os crentes têm a obrigação de congregar-se em igrejas locais, no lugar que lhes seja possível, para serem admitidos aos privilégios da comunhão na Igreja e também para estarem sujeitos à disciplina e ao Governo da Igreja (1^a Ts 5:14; 2 Ts 3:6,14,15).

7. As igrejas têm a incumbência de prestar todo o respeito que é devido aos seus Ministros; e fazê-los participantes de todas as boas coisas materiais, de acordo com as possibilidades de cada igreja (1^aTm 5:17,18; Gl 6:6,7; Rm 13:1; At 23:5; Ml 3:6-12; 1^aCo 9:4-14), para que os ministros possam viver confortavelmente e não tenham que emaranhar-se em ocupações seculares (2^aTm 2:4,6), podendo assim exercerem hospitalidade com os outros e dedicarem-se à vida de meditação na Palavra e na oração (1^aTm 3:2; At 6:2,4). Isto é requerido pela própria lei da natureza e pelo mandato expresso de nosso Senhor Jesus, que ordenou: "aos que pregam o evangelho, que vivam do evangelho" (1^aCo 9:1-14; Mt 10:8-10).

8. Os Pastores devem atender constantemente à obra de Cristo nas igrejas, no Ministério da Palavra e da oração, zelando pelo bem-estar espiritual das almas que lhes foram confiadas, e das quais terão prestar contas a Cristo (At 6:4; Hb 13:17).

9. Nenhum Membro deve perturbar a ordem ou faltar às reuniões da igreja; e nem deve deixar de receber a Ministração das Ordenanças (Batismo e Ceia do Senhor) por causa de alguma ofensa recebida de qualquer dos membros da igreja, seja qual for a ofensa. A pessoa deve esperar em Cristo, e deixar que o seu caso seja resolvido pela disciplina da Igreja, após ter cumprido o seu dever em relação àqueles contra quem se sente ofendido (Mt 18:15-17; Ef 4:2,3).

10. Todos os crentes, membros de cada igreja local, devem orar continuamente pelo bem e pela prosperidade de todas as igrejas de Cristo, em todos os lugares (Ef 6:18; Sl 122:6). E devem cumprir com o mandamento de Cristo: anunciar o evangelho e fazer discípulos de todas as nações (Mc 16:15; At 1:8; Mt 28:18-20), exercendo cada um os seus dons e graças, na sua área de atuação, e de acordo com o seu chamamento (Rm 16:1,2; 1^aCo 12).

11. Em caso de dificuldades ou divergências acerca de questões Doutrinárias, ou do Governo da Igreja; Se as igrejas em geral, ou se uma igreja está sendo perturbada em sua paz, união e edificação do Corpo de Cristo; ou se membro ou membros de alguma igreja for atingido por medidas disciplinares que não condizem com a verdade e as normas do evangelho, nestes casos, muitas igrejas devem reunir-se em

Declaração Doutrinária - IBR

comunhão, mediante representantes, para considerar e opinar, segundo a mente de Cristo, sobre o assunto de divergência; tomando como base para qualquer decisão as Sagradas Escrituras. Depois o parecer da reunião deve ser comunicado a todas as igrejas envolvidas (At 15:2, 4, 6, 22, 23,25; Hb 4:12; 2 Tm 3:15,16).

XXV - A COMUNHÃO DOS SANTOS

1. Todos os santos estão unidos a um único Senhor: O Senhor Jesus Cristo, o qual é o cabeça da Igreja. São unidos pelo Espírito e pela fé, e têm comunhão com Ele em suas graças, sofrimentos, morte, ressurreição e glória (1ªJo 1:3; Jo1: 16; Fp 3:10; Rm 6:5,6). Também estão unidos uns aos outros em amor e têm comunhão nos Dons e nas graças de cada um (Ef 4:15,16; 1ªCo 12:7; 3:21-23).

2. Entretanto, a Comunhão não destrói nem infringe o direito ou a propriedade de cada pessoa, seus bens e possessões (At 5:4; Ef 4:28). A comunhão deve ser segundo as normas do Evangelho, e, especialmente deve ser exercida no âmbito familiar (Ef 6:4) e nas igrejas (1ªCo 12:14-27).

3. Os Santos, ao fazerem sua confissão de fé, comprometem-se: a manter uma Santa associação e Comunhão para adoração a Deus, a prestar outros serviços espirituais que tendam à sua mútua edificação (Hb 10:24,25; 3:12,13) e também a socorrer uns aos outros em coisas materiais, de acordo com a possibilidade de cada um, quando se fizer necessário (At 11:29,30; Lc 3:8-11; 1ªJo 3:17,18).

XXVI - O BATISMO E A CEIA DO SENHOR

1. O Batismo e a Ceia do Senhor são Ordenanças, instituídas por Cristo de maneira explícita e soberana, sendo Ele próprio o único legislador. Estas ordenanças Ele determinou que fossem continuadas e que permaneçam em Sua Igreja até o fim do mundo (Mt 28:19,20; 1ªCo 11:20-30; Jo 3:22,23; Mt 3:13-17; 26:29; At 2:42; 20:4-8).

2. Nós Batistas Renovados cremos que o Batismo Cristão é a imersão do crente em água (At 2:41,42; 8:12,36-39; 10:47,48; 16:33; 18:8; Mt 3:13), em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo (Mt 28:19; At 2:38,41,42; 10:48), para simbolizar, num emblema solene e belo, a sua fé no Senhor Crucificado, sepultado e ressuscitado, e a sua morte para o pecado e ressurreição para uma nova vida em Cristo (Rm 6:3-5; Gl 3:27; Cl 2:12; 1ªPd 3:21).

3. Estas Santas Ordenanças devem ser ministradas por aqueles que para isso estejam qualificados e tenham sido chamados por um comissionamento de Senhor Jesus Cristo (Mt 28:19; 1ªCo 4:1).

4. Somente podem ser submetidas a Ordenanças do Batismo as pessoas que de fato professam arrependimento para com Deus, fé e obediência ao Senhor Jesus Cristo (Mc 16:16; At 8:36,37; 2:41; 8:12; 18:8; Jo 6:63). Este ato deve preceder à sua entrada na Igreja como membro comungante da Ceia do Senhor (At 2:38,41).

Declaração Doutrinária - IBR

5. A Ceia do Senhor Jesus foi instituída por Ele, a fim de lembrar perpetuamente e ser um testemunho do sacrifício de sua morte (1ªCo 11: 23-26); para confirmar os crentes na fé e em todos os benefícios dela decorrentes, para promover a nutrição espiritual e o crescimento deles em Cristo; para encorajar o maior engajamento deles em todos os seus deveres para com Cristo, e para ser um elo e um Penhor da Comunhão com Ele e de uns com os outros (1ªCo 10:16,17,21).

6. Na Ceia do Senhor, Cristo não é oferecido ao Pai, nem qualquer sacrifício real é feito para a remissão dos pecados dos vivos ou dos mortos. A Ceia do Senhor é um Memorial do sacrifício Único que Cristo fez de si mesmo, sobre a Cruz e de uma vez por todas (Hb 9:25,26,28; 1ªCo 11:24). O sacrifício Católico-romano da Missa (como é chamado); é totalmente abominável e uma injúria ao Sacrifício pessoal de Cristo, que é a propiciação única por todos os pecados dos homens (Hb 9).

7. No cumprimento da ordenança da Ceia do Senhor, ele mesmo determinou que seus Ministros orem e abençoem os elementos (Pão e Vinho), separando-os de seu uso comum para o uso Sagrado. Tudo deve ser feito conforme o descrito nas escrituras (1ªCo 11:23-26).

8. Negar o Cálice ao povo; adorar os elementos (Pão e Vinho), levantar ou carregá-los perante o público, para adoração; e guardar os elementos para qualquer outra finalidade supostamente religiosa: Tudo isso contradiz totalmente a natureza desta ordenança, bem como a intenção do Senhor Jesus Cristo ao instituí-la (Mt 26:26-28; 15:9; Êx 20:4,5; Jo 4:23,24).

9. Os elementos Exteriores desta ordenança, devidamente consagrados para os usos que Jesus Cristo ordenou, possuem uma correlação com Cristo crucificado de fato. Embora os termos sejam apenas usados figuradamente, às vezes eles são chamados pelo nome das coisas que representam, isto é, o Corpo e o Sangue de Cristo (1ªCo 11:27; Mt 26:26-28), se bem que em substância e natureza, continuem sendo apenas Pão e Vinho, como eram antes (1ªCo 11:26-28). De fato e de verdade, os que recebem exteriormente os elementos desta ordenança, desde que comungando dignamente (*pela fé, não de maneira carnal ou corporal, mas espiritual*), recebem a Cristo crucificado e dele se alimentam, bem como todos os benefícios de sua morte (Mt 26:28; 1ªCo 10:16; Mc 14:22-24).

10. A Doutrina Católico-romana da Transubstanciação, a qual, supostamente, transforma na substância do Corpo e do Sangue de Cristo os Elementos da Ceia (pão e vinho), através da consagração de um Sacerdote ou por qualquer outro modo, não somente é repugnante à Escritura (At 3:21; Lc 24:6,39) mas também ao senso comum e a razão. Ela não só subverte a natureza desta ordenança, mas tem sido, e é, a causa de muitas superstições e de grosserias idolatrias (1ªCo 11:24,25; Jo 6:63; Jo 4:23,24). Para os que crêem o Corpo e o Sangue de Cristo estão presentes na ordenança, não de maneira corporal ou carnal, mas de modo espiritual, tanto quanto estão presentes os elementos visíveis (1ªCo 10:16; 11:23-26).

11. As pessoas ignorantes e ímpias, visto não estarem propriamente adequadas para desfrutar da Comunhão com Cristo, são, portanto, indignas da mesa do Senhor, e não podem tomar parte nestes santos mistérios,

Declaração Doutrinária - IBR

nem lhes serem ministradas sem que cometam um grande pecado contra Cristo. Por quanto comem e bebem indignamente (2ªCo 6:14,15; 1ªCo 11:29,30; Mt 7:6).

XXVII - O MAGISTRADO CIVIL

1. Cremos que o Governo Civil é uma instituição Divina, estabelecida por Deus, para promover os interesses e bem-estar da sociedade humana(Rm 13:1-3; Êx 18:21), e que o Senhor Supremo e Rei de todo o mundo ordenou que houvesse Magistrados Civis, para lhe estarem sujeitos e governarem sobre o povo, para o bem público e para a glória de Deus(RM 13:1-4).

2. Quando chamado para isso, é lícito que o Cristão aceite e execute o ofício do Magistrado (2ªSm 23:3,4). No desempenho desse ofício, ele deve procurar manter a justiça e a paz (Sl 82:3, 4; Lc 3:14).

3. É dever de todos os crentes orar pelos Magistrados, os quais devem ser concisamente honrados e obedecidos(Mt 22:21; Tt 3:1; 1ªPd 2:13,14; 1ªTm 2:1,2,3), exceto nas coisas contrárias à vontade do nosso Senhor Jesus Cristo (At 5:29; Mt 10:28; At 4:18-20). Que é o Senhor da consciência e o Príncipe dos Reis da terra (Mt 23:10; Rm 14:4; Ap 19:16; Sl 2:10,11).

XXVIII - O MATRIMÔNIO

1. O Casamento é uma instituição Divina, para acontecer entre um homem e uma mulher. Não é lícito ao homem ter mais de uma esposa, e nem à mulher ter mais de um marido ao mesmo tempo. E só pode ser desfeito pela morte ou pela infidelidade conjugal (Gn 1:27; 2:18-25; 1ªCo 8:39; 1Rs 11:1-4; Ml 2:15; Mc 10:7-9; Ef 5:22-23; Hb 13:4; Cl 3:18-25; 1ªTm 3:4; 1ªPd 3:1-7; Mt 19:4-9).

2. O casamento foi ordenado por Deus para auxílio mútuo entre marido e mulher (Gn 2:18), para a propagação da humanidade por uma descendência legítima (Gn 1:28),e para impedir a impureza (1ªCo 7:2,9).

3. É dever de todo o Cristão casar-se somente no Senhor (1ªCo 7:39), por isso, os que temem a Deus e professam a verdadeira religião não se devem casar com incrédulos ou idólatras, para que, casando-se, não se ponham em jugo desigual com uma pessoa iníqua, ou com quem defenda uma heresia condenável (Ne 13:25-27; Ef 5:5-7,11; 2ªCo 6:14 -17).

4. O casamento é lícito para todos os tipos de pessoas desde que possam dar o seu consentimento racional (Hb 13:4; 1ªTm 4:3). As uniões incestuosas jamais poderão ser legitimadas por qualquer lei humana ou pelo consentimento de ambas as partes, pois não é correto tais pessoas viverem juntas, como marido e mulher (Mc 6:18; 1ªCo 5:1; Lv 18). Da mesma forma é impossível que haja relacionamentos homossexuais e que estes venham receber a bênção da Igreja, pois tais atos são abomináveis a Deus. E os que cometem ou praticam qualquer tipo de relacionamento homossexual não herdarão o Reino de Deus (Rm 1:25-32; Ef 5:5-

Declaração Doutrinária - IBR

12; Gl 5:19-21; Pv 1:10; Ef 5:11). A estes a Bíblia ordena que se arrependam ou perecerão eternamente (1ªCo 6:13-19; Rm 13:8-14; Ap 21:8; 1ªCo 6:9-11).

XXIX - O ESTADO DO HOMEM APÓS AMORTE

1. Cremos que há uma diferença radical e essencial entre os justos e os ímpios (Ml 3:18; Pv 12:26; Is 5:20; At 10:34,35), e que somente são realmente justos à vista de Deus aqueles que foram justificados pela fé em nome do Senhor Jesus Cristo, e santificados pelo Espírito do nosso Deus (Rm 1:17; 7:6; 1ªJo 2:29), ao passo que todos os homens que continuam na incredulidade e impenitência são ímpios à vista de Deus e estão debaixo da maldição (1ªJo 5:19; Gl 3:10; Jo 3:36; Is 57:1; Sl 10:4); e que essa diferença conserva-se não somente durante esta vida, mas também na vida além túmulo (Pv 14:32; Ec 3:17; Jo 8:24; Lc 12:4,5; 9:24; Mt 7:13,14).

2. Após a morte, o corpo humano retorna ao pó (*provisoriamente*) e vê corrupção (Gn 3:19; At 13:36). A alma, porém, não morre nem dorme, porque possui subsistência imortal, retornando imediatamente para Deus (Ec 12:7; Lc 16:22-31; Fp 1:23,24; 2ªCo 5:1-8; Ap 6:9,10; Sl 73:24). As almas dos justos são recebidas no paraíso, onde aguardam a plena redenção dos seus corpos (Lc 23:43; 2ªCo 5:1,6,8; Fl 1:23; Hb 12:23). As almas dos ímpios são lançadas no inferno, onde permanecem em tormentos e completa escuridão, guardadas para o juízo do grande Dia (Jd 6,7; 1ªPd 3:19; Lc 16:23,24). Além desses dois lugares, as Sagradas Escrituras não reconhecem nenhum outro lugar para as almas separadas de seus corpos.

3. Na segunda vinda de Cristo os Santos que estiverem vivos não morrerão, mas serão transformados (1ªCo 15:51,52; 1ªTs 4:17).

4. Todos os mortos serão ressuscitados com os seus mesmos corpos, e não outros (Jó 19:26,27; 1ªCo 13:12), porém, esses corpos terão propriedades diferentes das que anteriormente tinham, e serão novamente unidos às respectivas almas, para sempre (1ªCo 15:42,43). Os justos serão ressuscitados para a honra e os ímpios para o desprezo e sofrimento eterno (At 24:15; Jo 5:28,29; Fp 3:21; Rm 2:6-9; Ap 20:10,13).

XXX - O JUÍZO FINAL

1. Deus em Sua sabedoria e poder, determinou um dia em que há de julgar o mundo com justiça, por meio de Seu Filho Jesus Cristo (At 17:31; Mt 16:27). Naquele dia os justos irão para a vida eterna na presença do Senhor e receberão como galardão eterno uma plenitude de alegria e glória. Mas os ímpios, serão lançados aos tormentos eternos (Mt 25:21,34; 2ªTm 4:8; Ap 21:8) e punidos com eterna destruição, banidos da face do Senhor e da glória do Seu poder (Mt 25:46; MC 9:48; 2 TS 1:7-10).

2. O propósito de Deus, ao estabelecer este dia, consiste em manifestar a glória de Sua misericórdia na salvação eterna dos justos, e a glória de Sua justiça na punição eterna dos ímpios, que são perversos e desobedientes (Rm 9:22,23).

Declaração Doutrinária - IBR

3. Todos os crentes devem sempre estar vigilantes, por não saberem a hora que o Senhor Jesus virá arrebatá-la Sua Igreja (2ªCo 5:10,11; 2ªTs 1:5-7; Mc 13:35-37; Lc 12:35-40; Mt 24:36). Devem sempre estar preparados para dizer: *"Vem, Senhor Jesus. Vem sem demora! Amém!"* (Ap 22:20).

XXXI - JURAMENTOS LEGÍTIMOS E VOTOS

1. A Palavra de Deus autoriza o juramento quando para decidir assuntos de grande importância e peso, para uma confirmação da verdade, e para encerrar contendas (Hb 6:16; 2ªCo 1:23; 2ªCr 6:22,23), ou quando exigido por alguma autoridade civil legítima. Se assim o for exigido, deve ser prestado (Ne 13:25).

2. O único nome pelo qual se deve jurar é o nome de Deus (Mt 5:34-37; Tg 5:12; Jr 19:12; Dt 10:20). Deve-se jurar com Santo temor e reverência. Por isso, jurar em vão, ou temerariamente, por esse nome glorioso e tremendo, ou jurar por qualquer outra coisa, constitui um ato pecaminoso e abominável (Mt 5:34-37; Tg 5:12; Jr 19:12). O juramento deve ser prestado no sentido claro e explícito das palavras, sem equívocos e sem restrições mentais (Sl 24:4; Êx 20:7). Todo juramento temerário, falso ou em vão, constitui uma provocação ao Senhor, e por causa deles a terra se lamenta (Lv 19:12; Jr 23:10; Sl 15:1,4).

3. O voto só deve ser feito a Deus, e não a criatura alguma; e deve ser feito e cumprido com todo cuidado e fidelidade religiosa (Sl 76:11; Gn 28:20-22). Deve ser feito com sabedoria, para que não se torne um peso na vida de quem faz o voto (Ec 5:1-7; Jz 11:30-35), bem como na vida do seu semelhante (Nm 30; Jz 11:36-38), tornando-se assim muitas vezes uma armadilha supersticiosa e iníqua, com a qual cristão nenhum deve embarçar-se (Nm 30:2; Dt 23:21; Mt 13:36,37).

*A Base essencial da Declaração Doutrinária da Igreja Batista Renovada advém da Confissão Batista de Londres de 1689.